



Ano 10 nº 39 · Abril de 2007

UFMG

MANUELZÃO

Saúde, Ambiente e Cidadania na Bacia do Rio das Velhas

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



Aquecimento global,
transposição do São
Francisco, Meta 2010, bacia
do Cipó: a sociedade não
pode mais ignorar a
urgência desses temas

JÁ PASSOU DA HORA

Exclusão, SUS e ambiente

Tanto se fala sobre meio ambiente, animais e plantas que, às vezes, nos esquecemos do ser humano no planeta. O Partido Democrata do EUA dá ressonância ao péssimo desempenho de Bush nesta questão (não assinatura do protocolo de Kyoto) e tenta usar a questão ambiental para tirar votos dos Republicanos. Não podem enfrentar a raiz dos problemas, pois fere os interesses do Império. A imprensa deles fala das mudanças climáticas. Por isto vamos falar de saúde humana e direitos humanos, que são preocupações globais e ambientais.

Estão consolidando um meio ambiente para pobres e outro para ricos. A política econômica e financeira mundial gera este meio ambiente e o apartheid social.

Está-se criando dois ambientes globais e legitimando o apartheid social através de políticas públicas discriminatórias na educação, no transporte, na habitação, alimentação, na renda e na assistência médica. Está-se mandando a maioria se recolher à terceira classe. É só vermos o exemplo do Sistema Único de Saúde (SUS). Desrespeita-se a Constituição Federal que diz que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas”. A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País.

A saúde prevista na lei e na teoria é o que queremos ver acontecer. É a saúde

que tem a lógica na equidade da organização política e social, do habitat e dos ecossistemas saudáveis.

O SUS precisa ser completamente refundado. Ele está traindo as promessas de equidade e cidadania ao se adaptar e fazer a apologia do sistema. É um acinte aos direitos humanos. Basta ver que os seus gestores públicos, do ministro ao secretário municipal de saúde, incluindo aí todo o poder executivo, judiciário e legislativo, não são usuários. Recomendam o SUS para as famílias dos outros (mães, filhos etc), não para suas próprias famílias, pois em mais de 90% dos casos contratam planos privados de assistência médica. Mas sempre defendem o SUS para não perderem o emprego e a pose. Ou seja, estão dizendo que: o SUS em si é bom, mas em mim não. Por que não abrem mão dos planos particulares enquanto estiverem na gestão do SUS? Assim, o governo começaria a mudar a ética do SUS e enfrentaria os problemas pela raiz.

Na grande produção animal de carnes, ovos, leite, couro, e de indivíduos reprodutores e de competição, os fazendeiros e os veterinários conseguem produzir saúde animal. Para ter lucros. Mas no “rebanho” humano as doenças não incomodam, pelo contrário, geram lucros. Não se investe em saúde humana, pois neste caso não haveria favelas, meninos de rua, transporte caótico e tanto estresse. A indústria da doença não tem culpa da morbidez social, apenas se aproveita dela, como o urubu faz com a carniça. A política é a grande responsável e esta se nutre da desinformação do povo. Somos dominados. Assim, viver não é possível.

Não deixe de ler

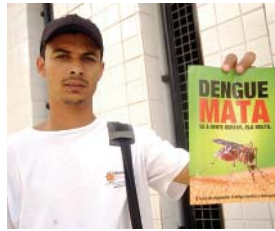


Foto: Secretaria Municipal de Saúde de BH

Dengue
Pesquisas permitem avançar na identificação dos focos do mosquito..... 15

Bacia do Cipó
Ainda é preciso falar a mesma língua..... 5

Meta 2010
Avanços, novas prioridades, mas velhos desafios 6

Aquecimento global
Quem resolverá o problema?..... 8

Semi-árido
Uma região que tem vida, mas que é vista sempre de forma limitada..... 11

Marzagão
Riquezas, histórias e desafios de uma vila localizada às margens do Arrudas..... 22

Expediente

Informativo do Projeto Manuelzão e de suas parcerias institucionais e sociais pela revitalização da bacia hidrográfica do Rio das Velhas.

Coordenação

Geral: Apolo Heringer Lisboa
Meta 2010: Tomaz Matta Machado
NuVelhas: Sílvia Magalhães
Biomonitoramento: Marcos Callisto, Carlos Bernardo Mascarenhas e Paulo Pompeu
Recuperação vegetal: Maria Rita Muzzi e Nádja Horta de Sá
Renaturalização dos rios: Antônio Magalhães, Paulo Pompeu e Giovana Parizzi
Reabilitação de voróccas: Edélio Teixeira
Mobilização social e educação ambiental: Marcus Polignano e Rogério Sepúlveda
Comunicação Social: Elton Antunes
Publicações: Eugênio Goulart e Leticia Malloy
Centro de Informação e Documentação: Carolina Saliba
Pesquisa Saúde e Meio Ambiente: Tarcísio Pinheiro e Antônio Leite Alves Radicchi

Redação e Edição

Elton Antunes (MTb 4415 DRT/MG), Carolina Silveira (MTb 0011162 DRT/MG), Humberto Santos, Livia Aguiar, Mariana Garcia, Matheus Jasper, Vanessa Veiga e Victor Guimarães
Diagramação: Carolina Silveira, Calebe Asafe Bezerra, Elton Antunes
Adaptação projeto gráfico: Calebe Asafe Bezerra
Foto capa: Paavo Leinonen/site Stock Exchange
Impressão: Fumarc
Tiragem: 100.000 exemplares

É permitida a reprodução de matérias e artigos, desde que citados a fonte e o autor. Os artigos assinados não exprimem, necessariamente, a opinião dos editores do jornal e do Projeto Manuelzão.

Faculdade de Medicina - Universidade Federal de Minas Gerais
Departamento de Medicina Preventiva e Social - Internato em Saúde Coletiva
Avenida Alfredo Balena, 190, 10º andar - sl. 10.012
Sta Efigênia - Belo Horizonte - Minas Gerais

Carta ao leitor

Fim dos tempos

Caro leitor,

Aproveitamos a chamada de capa, que faz referência à urgência de algumas temáticas, para dizer que também já passou da hora de chegarmos a uma definição sobre o formato da Revista. Para não anunciarmos a cada edição novas mudanças, assumimos desde já que estamos fazendo experiências em busca da melhor combinação de prazos, papel e custos. A Revista 39, portanto, chega às mãos do leitor no papel AP.

Mas não há dúvidas quanto à natureza da publicação. Confirmando uma tendência evidenciada na última edição, também nesta os temas parecem dialogar e dessa conversa vimos que grande parte das matérias convergia para um mesmo ponto: a relação com o tempo.

A situação do semi-árido e a proposta do Governo Federal de transportar o rio São Francisco (P. 11) são exemplos de que já passou da hora de se tomar uma atitude. É preciso propor com

urgência ações que, de fato, impactem a vida do sertanejo. Diante da pressão do Governo em iniciar a transposição, também parece restar pouco tempo para se tentar evitar uma obra faraônica que não resolverá os problemas do Nordeste.

O tão noticiado aquecimento global (P.8) também impõe desafios urgentes. Enquanto todos perguntam como, o Manuelzão pergunta quem e com que prazo?

Mas ainda há tempo para mudanças, embora um tempo curto, sabemos. Faltam três anos para o desafio proposto pela Meta 2010 (P. 6) e muito ainda precisa ser feito. O encaminhamento de ações como as voltadas para a Serra do Cipó (P. 5) não podem continuar caminhando a passos de formiga, embora com alguma vontade. Afinal, não pode nos restar apenas esperar, porque o tempo passa e, muitas vezes, passa rápido.

Frases



Foto: Ricardo Stuckert

“O presidente dos Estados Unidos, George Bush, afirmou hoje que leva muito a sério a questão do aquecimento global, mas que não vai adotar qualquer medida que prejudique a economia americana.”

JORNAL NACIONAL - 03/04/2007

“De onde os países do terceiro Mundo tirarão os recursos mínimos para sobreviver?”

FIDEL CASTRO, PRESIDENTE DE CUBA, QUESTIONANDO A PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS VEGETAIS - JORNAL HOJE EM DIA, 05/04/2007



Foto: Ricardo Stuckert

“As que mais pressionaram foram as delegações norte-americana, inglesa, chinesa e árabe, esta última porque vende petróleo”.

RAJENDRA PACHAURI, PRESIDENTE DO PAINEL INTERGOVERNAMENTAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (IPCC), SOBRE A PRESSÃO DE PAÍSES PARA AMENIZAR O RELATÓRIO SOBRE OS IMPACTOS DO AQUECIMENTO GLOBAL - ESTADO DE MINAS, 08/04/07

Manifestações

Prezados editores,

Foi uma grata surpresa receber a Revista Manuelzão. O novo formato está perfeito, a Revista ficou bonita sem perder a objetividade, tem arte e conteúdo na medida certa.

Euvaldo Black, Revista Condomínios - Jornal Empresarial de Lagoa Santa

Afronta

“Aproveitando a melhora sensível das águas e cardumes de peixe no Rio das Velhas – uma campanha capitaneada pelo professor da UFMG Apolo Heringer Lisboa –, maus pescadores já estão se aproveitando: usam redes, armam arrastões, lançam todo tipo de armadilhas e estão enchendo carros de peixes. Pior é que armam redes proibidas, que pegam de tudo, até minúsculos lambarizinhos. Estes predadores nunca foram incomodados pelas polícias, as quais, por sinal, a gente não vê às margens do rio. Estão levando cardumes de curimatãs, matrinxãs, douradinhos, e a pesca se estende pelos municípios e distritos de Santo Hipólito, Corinto, Beltrão, Lassance e Várzea da Palma. O plano dos salvadores do Rio das Velhas é que ele seja, até 2010, navegável e tenha água limpa para beber e receber banhistas. A polícia precisa agir, senão o trabalho de repelimento do Rio das Velhas terá sido em vão.”

Erick Wagner Sangiorgi, Curvelo-MG, carta publicada no jornal Estado de Minas, seção “Opinião”, no dia 18/04/07

Uma pedra no riacho

Certa vez um famoso escritor disse: “No meio do caminho tinha uma pedra, tinha uma pedra no meio do caminho...” Então eu pergunto a vocês: Será que nós não estamos sendo uma pedra no caminho de um riacho?

Há várias formas de ser uma pedra. Algumas são feitas a partir do momento em que você começa a poluir rios, desmatar florestas e desperdiçar água. Quando você pratica alguns desses atos está contribuindo para um mundo de escassez e sem vida pois a água é a alma do planeta.

As pessoas gananciosas têm uma sede de dinheiro tão grande que para saciá-la, não se importam em acabar com um rio ou córrego, só pensam em dinheiro. Mas no futuro a água será vendida a preço de ouro se não tomarmos uma providência. Então, para não contribuir com a destruição do meio ambiente, basta preservar a água, ela é um bem mundial e devemos cuidar do que é nosso, se não quem cuidará?

Preservar, respeitar, não poluir e não desperdiçar, só assim as pedras sairão do curso do riacho e a Terra voltará a ser o planeta água!

Nayara Jassanan Resende dos Santos, 6ª série, 3º lugar do concurso do Programa Semeando 2006 - Escola Estadual Padre Camargos - Contagem

O Projeto Manuelzão recebe cartas, músicas, poesias e mensagens eletrônicas de vários colaboradores. Nesta coluna, você conhece trechos de algumas dessas correspondências. Envie também sua contribuição. Participe da nossa revista! jornal@manuelzao.ufmg.br

Parceria e patrocínio

Colaboração



51 municípios da bacia do Rio das Velhas



Comitê da Bacia do Rio São Francisco



Comitê da Bacia do Rio São Francisco

Instituída a Agência de bacia do Velhas

VALTER VILELA

Superintendente de Recursos Hídricos e Meio Ambiente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa)



Foto: Arquivo Projeto Manuelzão

A Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas tem área de drenagem de cerca de 29 mil km² e abrange parte da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Em seus 51 municípios, inclusive Belo Horizonte, habitam em torno de 4.800.000 pessoas. O rio das Velhas com extensão de 761 km é o maior afluente do rio São Francisco.

Para fazer a gestão dos recursos hídricos da bacia foi instituído o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas – CBH Velhas, por meio do Decreto Estadual 39.692, de 29 de junho de 1998. As competências do CBH Velhas, estabelecidas conforme a Lei 9.433/97, representam a descentralização do poder decisório, e garantem a participação efetiva da sociedade no processo de gestão das águas da bacia do rio das Velhas.

O CBH Velhas é composto de 28 membros titulares e 28 membros suplentes, representando paritariamente o Poder Público Estadual, o Poder Público Municipal, os Usuários e a Sociedade Civil Organizada. Desde a sua instituição, o Comitê realizou 38 reuniões plenárias e suas principais realizações foram:

- Enquadramento dos cursos d'água.
- Plano Diretor de Recursos Hídricos.
- Instituiu a Meta 2010 – navegar, pescar e nadar no rio das Velhas.
- Criou a Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo/AGB-Peixe Vivo.

A AGB-Peixe Vivo é uma associação para fins não econômicos e de interesse social, pessoa jurídica de direito privado. Tem por

finalidade precípua prestar apoio técnico-operativo à gestão dos recursos hídricos da bacia do rio das Velhas, bem como a outras bacias hidrográficas.

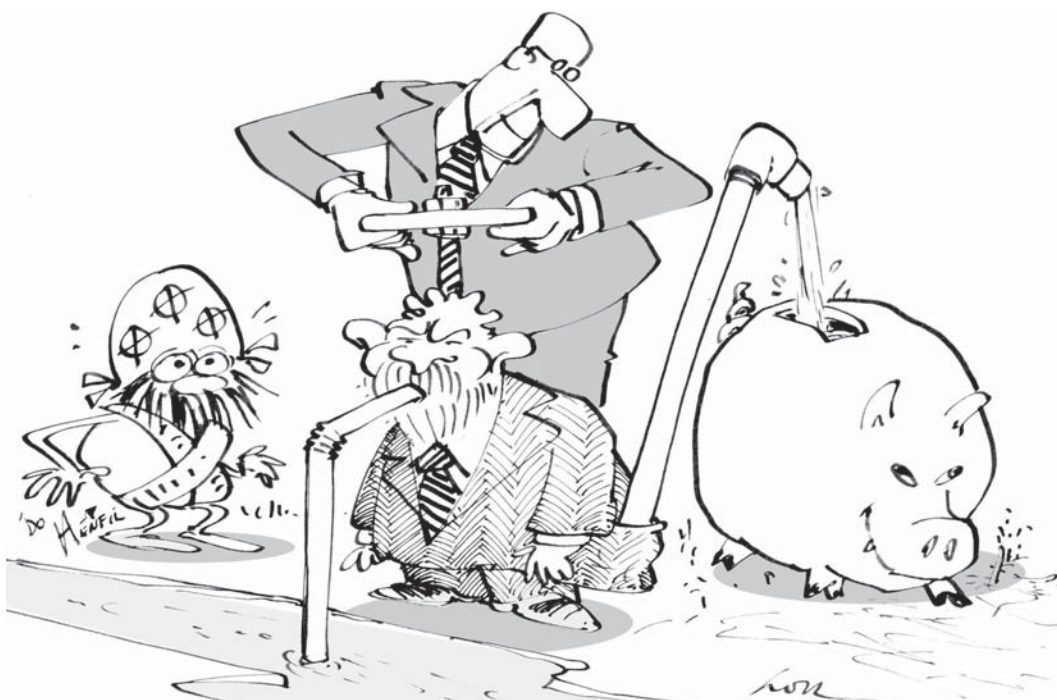
A AGB-Peixe Vivo foi criada em 15 de setembro de 2006 e a sua Diretoria Provisória é constituída pelo senhor José Nelson de Almeida Machado, como Presidente, e a senhora Hilda de Paiva Bicalho, como coordenadora. O seu Estatuto foi registrado no Cartório de Jero Oliva de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

Para que a AGB-Peixe Vivo possa ser equiparada à Agência de Bacia, conforme determina a Lei 9.433/97, foi necessário demonstrar a viabilidade financeira proveniente da cobrança do uso dos recursos hídricos. A lei determina que a agência possa gastar para as despesas de implantação e custeio o máximo de 7,5% do valor arrecadado. No nosso caso, este percentual foi de 6,9% para uma receita estimada de R\$ 13,5 milhões anuais.

Em 22 de março de 2007, dia mundial da água, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos aprovou a AGB-Peixe Vivo em entidade equiparada à Agência de Bacia. O próximo passo é firmar um Contrato de Gestão com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) para que possa ser iniciada a cobrança pelo uso da água.

Desta forma, o CBH Velhas poderá cumprir efetivamente a sua missão que é fazer a efetiva gestão dos recursos hídricos por meio da AGB-Peixe Vivo, que exerce a função de secretaria executiva do comitê.

Em foco



Quem desenrola este Cipó?

MATHEUS JASPER E VANESSA VEIGA

Estudantes de Comunicação da UFMG

A bacia do rio Cipó se destaca por sua beleza cênica, que abriga flora e fauna extremamente ricas. A região abrange os municípios de Baldim, Congonhas do Norte, Jaboticatubas, Presidente Juscelino, Santana do Pirapama e Santana do Riacho, além do Parque Nacional da Serra do Cipó e da Área de Preservação Ambiental – Apa Morro da Pedreira, ambos sob responsabilidade do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente, Ibama. A área de drenagem da bacia é de aproximadamente 2.200 km². Se a beleza do lugar é um consenso, outros aspectos nem tanto, sobretudo no que se refere à articulação para ações de preservação.

A região é ponto estratégico para a Meta de navegar, pescar e nadar no Rio das Velhas até 2010. As águas do Cipó se enquadram em classe especial pelo seu bom estado de conservação e, por isso, dele sairão, naturalmente, espécies de peixes que povoarão toda a bacia do Velhas. No entanto, o próprio secretário estadual de Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, admite: “não tínhamos tratado a região no contexto da Meta. Isso surgiu agora”. Mas ela está no Plano Diretor do CBH-Velhas desde 2004. O presidente do Circuito Turístico da Serra do Cipó, Henrique Michel, alerta que “as atuais ações não garantem a preservação do futuro”.

Ponte sobre o Rio Cipó: cenário ainda belo nem sempre revela os conflitos existentes na bacia para a realização de uma ação conjunta em favor da preservação

Os problemas

Para o chefe do Parque Nacional da Serra do Cipó, Henri Collet, o grande problema da região é que a lei não está sendo cumprida. “Cada órgão tem que exercer seu papel”, afirma Henri. As prefeituras julgam estar fazendo muito para o pouco de recurso que recebem. “A principal ameaça é a falta de recursos”, completa o prefeito de Santana do Pirapama, Alberto Tameirão.

Responsável pela gestão ambiental em Santana do Riacho, o engenheiro civil José Luiz Campello também destaca a falta de dinheiro: “fiscalizamos onde temos recursos”. Enquanto faltam recursos, Henrique Michel afirma que na região “há pressões das mineradoras com projetos de bilhões de reais”.

O turismo, por sua vez, também não deixa de ser um problema. A subgerente do Departamento de Licenciamento da Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feam), Regina Medeiros, explica que para obter uma licença na região precisa-se fazer mais estudos ambientais do que em outros casos. Cabe à Feam analisá-los e elaborar um parecer sobre a adequação de cada licença. O parecer é entregue ao Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais (Copam), que então irá decidir sobre a permissão do uso do solo. A subgerente explica que cabe aos municípios definir em planos diretores um zoneamento da ocupação do solo. Atualmente, o município de Presidente Juscelino não possui Plano Diretor. Baldim, Congonhas do Norte e Santana do Riacho estão construindo

o seu, enquanto Jaboticatubas e Santana do Pirapama têm o plano diretor feito. Nas cinco cidades, as prefeituras manifestam preocupação em definir áreas que não devem ser ocupadas, mas não há um limite máximo. Regina Medeiros completa: “o certo não é barrar a ocupação, é fazer com que ela siga os condicionantes ambientais”.

Solução

“Comunidade, Ibama, Apa, Associação Comercial, Circuito e prefeituras têm que trabalhar no mesmo objetivo, falar a mesma língua”, acredita a moradora da região, Floribela dos Santos, a Flor do Cipó.

“Deveríamos criar uma associação dos municípios do Alto e do Médio Cipó para tratarmos as questões de meio ambiente. Está passando da hora de formarmos o Comitê do Cipó”, afirma Tameirão. Na verdade, o subcomitê foi criado em agosto de 2002. Hoje, ele se encontra sem atividades. Segundo o coordenador de mobilização do Projeto Manuelzão, Rogério Sepúlveda, um dos fatores alegados para o não funcionamento do subcomitê é a grande distância entre as sedes municipais. Em função disso, lideranças do Alto Cipó têm discutido a criação de um subcomitê apenas para a região do alto.

José Carlos Carvalho acredita que “é necessário maior controle do desmatamento, do licenciamento da mineração e apoiar os municípios em relação a questões de esgoto e de lixo”. Entretanto, ele admite que não é possível falar em prazos. Sobre a articulação com a Secretaria de Turismo, peça chave para uma região que vive dessa atividade, o secretário afirmou que isso não ocorre. A Secretaria de Turismo do Estado não concedeu entrevista à equipe de jornalismo desta revista.



Foto: Matheus Jasper

2010 está próximo, e a vitória?

Meta avança, mas falta de recursos ainda é entrave importante para muitos municípios

VANESSA VEIGA E VICTOR GUIMARÃES
Estudantes de Comunicação da UFMG

De 2004 até hoje, a Meta de Navegar, Pescar e Nadar no Rio das Velhas até 2010 cresceu, ganhou força, consolidou-se. Saiu do âmbito do Projeto Manuelzão e conquistou apoio de outros parceiros. Desde janeiro, a Meta passou a ser um projeto estruturador do Governo de Minas. BH e Contagem já têm estrutura para tratar seus esgotos. Mas muitos municípios ainda não conseguiram sequer elaborar seus projetos de tratamento de esgoto. A questão financeira ainda é um entrave importante.

Em 22 de março de 2004, o governador de Minas assumiu a Meta 2010 como um compromisso de governo. Em 2007, a Meta passou a ser um dos 57 projetos estruturadores da administração estadual. O técnico da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Sepag), João Victor Rezende, esclarece: “os projetos estruturadores recebem um monitoramento específico, um gerente, um acordo de resultados”. A gestão do projeto, incluindo a articulação entre os diferentes órgãos, ficou a cargo da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), e o gerente é o próprio Secretário, José Carlos Carvalho.

Segundo João Victor, “o que se espera do governo do Estado é um compromisso não só verbal, mas também orçamentário”. Já foi assegurado um bilhão de reais vindos da prefeitura de BH, outros municípios e Copasa, dentre outros. Mas ainda não há nenhum outro recurso da parte do estado e falta mais um bilhão de reais para cumprir a Meta.

Avanços

De acordo com o Plano Diretor da Bacia do Velhas, a prioridade da Meta é a retira-

da dos esgotos. O primeiro foco das ações foram os municípios de Belo Horizonte e Contagem, que abrigam 70,8% da população da bacia. Em junho de 2006, a ETE Arrudas tratava 65% do esgoto que era coletado na sub-bacia. Segundo o Superintendente de Serviços e Tratamento de Efluentes da Copasa, Ronaldo Matias, em abril deste ano, esse nível chegou a 72,91%. Nesse mesmo período, a ETE Onça entrou em funcionamento e já trata 40% do esgoto coletado.

Também até junho de 2006, 700 pontos de lançamento de esgoto haviam sido eliminados. De lá para cá, foram extintos mais 150 pontos e outros 280 serão eliminados até 2008. O início do Programa de Recuperação Ambiental de Belo Horizonte (Drenurbs), da Prefeitura de BH, também é um avanço importante.

Entraves

O segundo foco é a bacia do Ribeirão da Mata, localizada na região norte metropolitana. A Copasa é responsável pelo tratamento de esgoto de todas as cidades dessa bacia, enquanto ações como transferência de famílias e tratamento de fundos de vale dependem das prefeituras. O secretário executivo do Consórcio dos Municípios da bacia do Ribeirão da Mata (COM-10), Fábio Bittencourt, explica que “todos os municípios da bacia precisam de recursos externos”. Existe uma tentativa de captação de dinheiro junto ao Governo Federal, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), mas ainda não há nenhum recurso assegurado. A situação mais crítica é a de Ribeirão das Neves. Como explica Fábio, “lá o índice de tratamento de esgoto é muito baixo, as condições sanitárias são muito precárias”. Dados

da Copasa indicam que apenas 13% do esgoto coletado é tratado.

A bacia do Ribeirão Jequitibá é o terceiro foco. Apesar dos bons exemplos, como o do município de Jequitibá, que trata autonomamente 95% dos esgotos de sua área urbana, há o impacto significativo da cidade de Sete Lagoas, com 210 mil habitantes e praticamente nenhum tratamento de esgoto. O Secretário Municipal de Meio Ambiente, Lairson Couto, conta que o município hoje não tem condições de tratar seu esgoto, e tem buscado recursos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e ao Governo Federal, por meio do PAC. Existe ainda a possibilidade de a Copasa se instalar em Sete Lagoas.

Outros desafios da Meta apontados pelo coordenador do Projeto Manuelzão, Thomaz Matta Machado, são a mobilização social e a discussão sobre a navegação. “A navegação não foi muito discutida ainda. Ela dependia do estudo batimétrico, que foi feito pela Cemig”, explica.

Agência de Bacia

No dia 22 de março, durante o Fórum das Águas, a Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo foi reconhecida como entidade que pode ser contratada para exercer o papel de agência de bacia do Rio das Velhas. Com isso, ela pode fazer o contrato de gestão da bacia com o Igam e ser o braço executivo do CBH-Velhas. O reconhecimento, aprovado por unanimidade pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, significa que o CBH-Velhas poderá, a partir de agora, cobrar pelo uso da água do rio. Segundo Thomaz da Mata Machado, a agência deve arrecadar 50 milhões de reais até 2010. Com isso, a efetividade das ações no Velhas ganha mais fôlego.

Ilustração: Procópio de Castro



SANEAMENTO: novas possibilidades

Antes da Lei Federal nº 11.445, conhecida como Lei de Saneamento, publicada em 8 de janeiro de 2007, o modelo de gestão do saneamento no Brasil era o estabelecido pelo extinto Plano Nacional de Saneamento (Planasa), que é da década de 1970. Sem um marco regulatório em trinta anos, a lei se insere num cenário que apresenta uma série de problemas. O Secretário Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, Sérgio Gonçalves, aponta os principais desafios aos quais a lei deve responder: “consolidar um padrão de financiamento que aponte para a universalização, melhorar a eficiência dos operadores, fornecer suporte técnico e administrativo aos municípios, e integrar a política de saneamento com as demais políticas”. Embora já esteja em vigor desde 22 de fevereiro, a lei ainda precisa ser regulamentada. O secretário garante que isso será feito.

Como explica o professor do Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental

da UFMG, Léo Heller, a nova lei, juntamente com a Lei dos Consórcios Públicos, de 2005, estabelece critérios claros para a delegação de serviços. Além de exigir que os municípios tenham seus planos municipais de saneamento, “a lei define uma série de requisitos referentes às relações estabelecidas entre municípios e prestadores dos serviços de água e esgoto como condição para receber financiamentos da União”, esclarece Sérgio Gonçalves. A fiscalização deve ficar mais rígida: terão de ser realizados relatórios periódicos sobre o serviço.

Melhorar o saneamento inclui melhorar o tratamento de esgotos. Em outras palavras, a lei traz nova expectativa para a Meta 2010. “Tudo isso tem efeitos na maior eficiência dos serviços, no maior comprometimento com o tratamento de esgoto, na maior qualidade da água. É menos ênfase no aspecto empresarial do serviço e mais no aspecto ambiental”, explica o professor Léo Heller.



Foto: Arquivo Projeto Manuelzão

Córrego Cerejeiras, afluente do Ribeirão da Mata, em Ribeirão das Neves: esgoto direto no curso d'água

Metas mundo afora

A Meta 2010 não é um exemplo isolado. Ao redor do mundo, existem experiências semelhantes de tentativas de revitalização de rios que atravessam grandes áreas urbanas. Uma experiência bem sucedida é a do rio Tâmsa, em Londres, que foi revitalizado depois de enfrentar uma situação crítica de poluição. O movimento pela revitalização começou no fim do século XIX, e o trabalho durou mais de cem anos. Hoje, já é possível pescar em algumas partes do Tâmsa. “Encontram-se exemplos de revitalização de rios na Baviera, Alemanha, nos dois maiores centros urbanos do estado: no rio Isar, em Munique, e no rio Pegnitz, em Nuremberg”, destaca o engenheiro Walter Binder, da Agência Estadual de Meio Ambiente da Baviera, em entrevista intermediada por Wilfried Teuber, parceiro do Projeto Manuelzão.

O caso do rio Anacostia, em Washington, Estados Unidos, tem uma similaridade impressionante com a Meta 2010. De acordo com o periódico “Chesapeake Quarterly”, publicação do Sistema Universitário de Maryland, o Anacostia, que atravessa uma populosa área urbana – o coração da capital estadunidense – foi considerado um dos rios mais poluídos dos EUA, e o consumo de seus peixes teve de ser limitado. Os problemas enfren-

tados por eles são bem parecidos com os nossos: o lixo e o esgoto são os principais desafios.

As semelhanças não param por aí. Diante desse quadro, um conjunto de entidades decidiu empreender uma série de ações e estabeleceu um prazo para que se possa novamente nadar e pescar no rio. Como se a similaridade ainda fosse pouca, o ano estabelecido é 2010. Entre os métodos utilizados, estão o diagnóstico dos pontos de contaminação, a construção de interceptores e de estações de tra-

tamento de esgotos. O resultado das ações já começa a se manifestar: num dos afluentes, dez espécies de peixes já voltaram a aparecer.

Os exemplos internacionais nos fazem perceber que a Meta 2010 é possível. Entretanto, como explica o professor Walter Binder, “é necessário considerar a situação específica de cada país. Tanto as condições naturais do rio, quanto a situação urbana da área a ser beneficiada pela revitalização”.

Foto: arquivo Walter Binder



Revitalização do rio Isar na cidade de Munique, Alemanha: mais oportunidades para recreação ao ar livre, melhorias ecológicas e no fluxo do rio

O dia em que os EUA não salvaram o MUNDO

VICTOR GUIMARÃES

Estudante de Comunicação da UFMG

“N

ão se trata mais de salvar bichinhos e plantinhas. Trata-se de proteger cidades, populações, atividades econômicas”. O tom pode parecer alarmista, mas as palavras do pesquisador em políticas públicas da Fundação João Pinheiro, Ricardo Carneiro, dão a exata dimensão do problema do aquecimento global. Uma questão que é, por natureza, ambiental, mas que tem fortes implicações sociais e políticas. Em fevereiro, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, sigla em inglês), da Organização das Nações Unidas (ONU), divulgou um relatório que diz, com todas as letras, que o planeta está ficando mais quente por culpa dos homens. A partir dessa constatação, impõe-se uma série de desafios. Como solucionar um problema que é mundial?

Se apenas um país ou um grupo de países realizar ações de combate ao aquecimento, isso não será suficiente para tentar resolver o problema. Os gases emitidos pelos automóveis noruegueses são do mesmo tipo dos que resultam das queimadas na Amazônia brasileira. A professora do curso de Relações Internacionais da Puc Minas e mestrandia do Programa de Planejamento Energético da UFRJ, Ana Amélia Medeiros, afirma: “não há como resolver um problema que é, na essência, global, sem uma ampla cooperação internacional”.

A cooperação, no caso das mudanças climáticas, na medida em que se torna mais necessária, torna-se também mais difícil. No contexto político atual, os países estão em diferentes estágios de desenvolvimento, e têm interesses distintos em relação à solução do problema. Como explica o professor do Programa de Planejamento Energético da UFRJ e membro do IPCC, Roberto Schaeffer, “diferentes países querem se engajar de maneira diferente no esforço, porque uns entendem que têm mais a perder ou mais a ganhar do que outros”.

A culpa é de todos?

Não é tão simples assim. Historicamente, quem mais contribuiu para a intensificação do efeito estufa, que resulta no aquecimento global, foram os países que hoje são considerados desenvolvidos. Nos últimos 200 anos, a industrialização desses países aconteceu às custas do uso de combustíveis fósseis e do desmatamento. Os países em desenvolvimento, hoje liderados por Índia, China e Brasil, tiveram uma participação relativamente pequena na constituição do problema. Para essas nações, neste momento, adotar medidas antiaquecimento pode significar abrir mão de desenvolvimento nos moldes dos países ricos. Roberto Schaeffer considera que, no caso dos países desenvolvidos, diminuir a emissão de gases não vai prejudicar o crescimento, como muitos têm alegado. Ele acrescenta: “não é nenhuma grande vantagem ter um carro mais veloz, gastando muito combustível, se você pode ter um carro mais eficiente. Já no caso de países em desenvolvimento, não é o carro mais eficiente que está em jogo, mas sim o caso de ter ou não carro, caminho, aquecimento de água. São problemas de ordem muito diferente, o que dificulta você chegar a um regime internacional único”.

Em relação às consequências das mudanças climáticas, a dinâmica do problema é de uma desigualdade cruel. Todos vão sofrer, mas os países que mais poluem provavelmente serão menos afetados. Ainda que a catástrofe anunciada realmente aconteça, os países desenvolvidos, assim como as classes mais ricas de todos os países, justamente por terem mais recursos econômicos, terão melhores condições de se adaptar ao novo clima. Para alguns deles, como é o caso dos gelados Canadá e Rússia, o aumento da temperatura poderá trazer benefícios, como o aproveitamento de áreas hoje inabitadas. Os países em desenvolvimento, localizados em regiões naturalmente mais quentes, sofrerão muito mais. A população do continente africano, responsável por menos de 5% das emissões de gases de efeito estufa, já dá sinais de que será a maior vítima. As neves do monte Kilimanjaro, na Tanzânia, já estão derretendo em ritmo acelerado, o que compromete o fornecimento de água de milhões de pessoas. Tudo isso dificulta o diálogo.

E agora, quem poderá nos defender?

Em meio a esse imbróglia de intenções e interesses distintos, existe alguma entidade capaz de liderar articulações e conduzir ações num contexto global? A Igreja, que tem se manifestado no Brasil e no mundo sobre o tema, seria uma possibilidade? O pesquisador em sociologia da religião, Alexandre Cardoso, aponta que essa é uma idéia “quase lunática” (veja entrevista na página 21). A ONU, embora tenha desempenhado um papel importante em relação à discussão sobre as mudanças climáticas, não tem poder para impor sanções aos países. O IPCC faz diagnósticos e até sugere estratégias de redução de emissões, mas não pode punir ninguém. “As Nações Unidas não têm poder de polícia”, esclarece o professor Roberto Schaeffer. Além disso, como lembra o pesquisador Ricardo Carneiro, “para os países, engajar-se num esforço como esse significa, em certa medida, abrir mão de soberania. E essa soberania depende de quanto você está disposto a ceder e de quem você é. O histórico dos organismos multilaterais não os credencia a cumprir um papel mais efetivo nas relações internacionais”. Para Ana Amélia da Puc Minas, “ainda não existe um órgão capaz de liderar essas articulações”. Ela defende a criação de um órgão específico, no âmbito das Nações Unidas ou fora dele, como medida possível.

Uma das maiores esperanças para a solução do problema é justamente a ação da sociedade civil

Outra possibilidade de liderança seria a de um país específico, com poder e interesse para conduzir as negociações. Para Ana Amélia, esse país não existe. Ela acredita que “existem grupos de países que têm importância em áreas específicas relacionadas às mudanças climáticas”. Roberto Schaeffer dá o exemplo de grupos como o G-8 (o grupo dos oito países mais ricos do mundo, atualmente presidido pela Alemanha), que têm estudado propostas mais rígidas de redução de emissões. Ele destaca ainda o papel do Japão e da União Européia, que, bem ou mal intencionados, estão dispostos a esforços muito maiores do que os Estados Unidos, por exemplo. “As economias européias e

a japonesa estão muito mais preparadas e são muito mais eficientes do que a indústria norte-americana”, diz o professor. Segundo ele, Japão e Europa têm proposto políticas de redução de emissões mais ambiciosas. Eles percebem que a economia norte-americana vai ser muito mais penalizada do que a deles.

Não será dessa vez

Se tudo fosse como na ficção do cinema estadunidense, o problema já estaria resolvido. O presidente convocaria a população, os cientistas,



Ilustração: Procópio de Castro

Problemas domésticos

Dentro de um mesmo país, como o Brasil, a coordenação também se faz necessária. Como diz o chefe do Departamento de Engenharia Agrícola da Universidade Federal de Viçosa e membro da Organização Meteorológica Mundial, Luís Cláudio Costa, “o clima não tem fronteiras. Não adianta nós fazermos algo aqui em Minas, se no nosso entorno nós não tivermos uma ação”. O problema é que os estados também têm situações socioeconômicas e vocações distintas, o que dificulta o diálogo.

No caso do Brasil, ficaria a cargo do Governo Federal conduzir as articulações. Como nos conta Roberto Schaeffer, “o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas está desenvolvendo uma série de ações de governo e sociedade civil ligadas ao problema”. No entanto, nas palavras de Luiz Cláudio Costa, “a articulação entre os estados brasileiros ainda é muito tímida”.

Nem tudo está perdido

Para os especialistas, a humanidade não caminha a passos de formiga e sem vontade. Uma das maiores esperanças para a solução do problema é justamente a ação da sociedade civil. Para Roberto Schaeffer, a questão ganhou notoriedade, e a pressão pública, inclusive nos Estados Unidos, pode ser a chave para resolver o problema. Em referência ao Oscar recebido pelo documentário sobre mudanças climáticas do ex-vice-presidente dos EUA, Al Gore, “Uma verdade inconveniente”, Ricardo Carneiro acrescenta que “não deixa de ser emblemático o fato de um filme sobre o aquecimento global receber um prêmio de tamanha expressão”.

É um tanto paradoxal, mas o acúmulo de problemas pode despertar soluções. Ao lado do aquecimento global, o mundo enfrenta o problema da escassez de petróleo. Então, de uma forma ou de outra, o modelo energético precisará ser rediscutido. Para Ana Amélia, “essa tendência de se pensar em outras alternativas energéticas vai ser cada vez mais comum”.



Estradas e meio ambiente: como conciliar?

Foto: Gabriel Pevide/site /Stock Exchange

MARINA MOTTA E RONEI SAMPAIO
Estudantes de Comunicação da UFMG

Sabe aquela estrada que você sempre usa para visitar a cidade vizinha? Pode parecer estranho pensar nos impactos ambientais que essa estrada causou ou ainda causa ao meio ambiente, mas o questionamento ganha sentido quando se considera toda a malha rodoviária do Brasil, que conta com mais de um milhão e setecentos mil quilômetros de estradas. Avanços nas leis e nos conhecimentos científicos têm permitido diminuir a dimensão desses impactos. Mas ainda é preciso ir além, sobretudo quando se fala na participação da sociedade.

Na construção de estradas são necessárias medidas para superar obstáculos naturais, como montanhas e rios. Para isso, geralmente são utilizados cortes e aterros. Esse processo, segundo o geólogo do Projeto Manuelzão, Edézio Teixeira, interfere no ciclo hidrológico. Além de prejudicar o reservatório natural de água, faz com que a água que deveria ser absorvida pelo solo se acumule na superfície, provocando enxurradas e danos ao solo, como erosão e lixiviação.

Outro problema se refere aos atropelamentos de animais. O professor de biologia da UFMG, Flávio Rodrigues, que desenvolveu uma pesquisa sobre o assunto na Estação Ecológica de Águas Emendadas, no Distrito Federal, explica que para algumas populações, como a do lobo-guará, a estrada representa grande mortalidade. Suas pesquisas demonstraram que só os acidentes nas estradas representam entre um terço e metade das mortes dos jovens dessa espécie produzidos anualmente.

O impacto social das estradas é outro fator de preocupação. O coordenador substituto de meio ambiente do Departamento Nacional de Infra-estrutura e Transportes (Dnit), Georges Andraos Filho, explica que a construção de uma estrada, muitas vezes, faz com que pessoas passem a viver em suas margens. Essa é uma das preocupações em relação à construção do Anel Viário de Contorno Norte da Região Metropolitana de BH, conhecido como Rodoanel. A rodovia irá atravessar uma região com riquezas naturais e paleontológicas. Teme-se não apenas o impacto físico da obra, mas a ocupação futura da região.

Participação da sociedade

O Rodoanel é uma exceção em um cenário em que quase não se constroem mais estradas. O engenheiro e consultor ambiental do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER), Leomar Fagundes de Azevedo, explica que o que há são estradas sendo pavimentadas. Leomar, que foi um dos responsáveis pela estruturação do setor de meio ambiente do DER, aponta mudan-

ças na forma como as estradas vêm sendo projetadas e construídas. Segundo ele, o que antes era considerado gasto a mais, hoje é visto como importante. Para o engenheiro, as mudanças se devem a avanços na legislação, como a obrigatoriedade do licenciamento ambiental, e também a mudanças de percepção. Ele destaca ainda a pressão dos órgãos financiadores por obras ambientalmente corretas. “A questão ambiental entrou no contexto não tem nem dez anos”, destaca Georges Andraos. Por ser uma situação nova, todos os órgãos e instituições estão se preparando para lidar com ela.

Edézio Teixeira ressalta que soluções não podem surgir sem conhecimento. O geólogo aponta pontes e túneis como alternativas, uma vez que evitam os cortes e barramentos, mas ele lembra que essas alternativas deixam as obras mais caras. Para a professora de engenharia da UFMG, Gisele Grecco, as alternativas se traduzem inclusive no tipo de pavimento utilizado. Ela cita o exemplo dos pneus que, utilizados no asfalto, podem até mesmo aumentar a vida útil do pavimento. Leomar, do DER, destaca que também é preocupação do órgão a escolha de pavimentos que se integrem melhor ao ambiente em que serão colocados. A arquiteta da Gerência de Meio Ambiente do DER, Andréa Greiner, cita o exemplo da Serra do Cipó, em que se optou, para pavimentar o trecho de uma estrada, por um piso feito de concreto intertravado ao invés do asfalto. Além disso, nesses casos, segundo a arquiteta, evita-se, também, abrir estradas muito largas.

A Serra do Cipó, ao lado do Rodoanel, é outro exemplo polêmico. O calçamento de um trecho da estrada que corta a região provocou divergências entre os moradores. Mas essa não é a regra, afirma Leomar. Segundo ele, as estradas são, na maior parte das vezes, tidas como benéficas pela população, que, dessa forma, não demanda maior participação nos processos de elaboração e implementação. Mas o exemplo do Rodoanel mostra que o envolvimento da população pode melhorar a atenção dada ao meio ambiente pelo projeto. Foram feitas mudanças nas condicionantes da obra a partir das discussões nas audiências públicas como a elaboração de um projeto para o uso ordenado do solo na área cárstica. *(Colaboraram na reportagem Carolina Silveira, Humberto Santos e Vanessa Veiga)*

Foto: Vanessa Veiga

Estradas com cascalho: menos impacto? Nem sempre. Além do carreamento de sólidos, é preciso sempre repor o cascalho que precisará ser tirado de algum lugar

A VIDA DO SEMI-ÁRIDO

Solo rachado, animais morrendo de sede, pessoas passando fome, árvores secas, quilômetros e quilômetros sem que uma gota d'água seja avistada. O cenário descrito é o de uma região hostil à vida em função de sua aparente ausência de água. Aparente? Sim, o semi-árido brasileiro é, dentre as regiões semi-áridas do mundo, o que possui maiores índices de chuva. Também possui uma rica biodiversidade. O que falta é investir de fato no desenvolvimento de tecnologias que permitam conviver com ele. E não criar novos problemas a partir da artificialização do ambiente.

Especialistas apontam que a resposta de como tornar isso possível já foi dada pelo homem e pela própria natureza. Para quem está imaginando que se trata de uma obra faraônica extremamente complexa, incerta e cara, resta saber que não é nada disso. Muito pelo contrário. Tratam-se de alternativas que provam que o nosso semi-árido está cheio de vida.

“Chover, chover Valei-me Cigo o que posso fazer”

(“Chover ou Invocação para um dia líquido”, Cordel do Fogo Encantado)

MARIANA GARCIA

Estudante de Comunicação da UFMG

O semi-árido brasileiro abrange parte dos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. São 1.133 municípios distribuídos numa área de aproximadamente 970 mil quilômetros quadrados. Trata-se do semi-árido mais populoso de todo o mundo, com uma população estimada em 20 milhões de habitantes, que correspondem a 46% da população nordestina e 13% da brasileira. Soma-se a isso a maior diversidade biológica dentre os territórios marcados pela semi-aridez. Existem em torno de 20.000 espécies de animais, fungos e vegetais.

A vegetação típica da região é a caatinga, palavra que significa, em tupi-guarani, “mata branca”, cor que predomina na época da seca. No entanto, com as primeiras chuvas que ocorrem no verão, a paisagem ganha nova cor. Folhas verdes e flores aparecem. Plantas típicas como o pau-ferro e o juazeiro poderiam ser alimentos importantes para o gado; umas, como o umbu e o murici, dão bons frutos e outras podem até ser fonte de medicamentos, caso do pinhão, da aroeira e do angico.

A justificativa para paisagens tão distintas encontra-se na distribuição das chuvas pelo território durante o ano. “Tem ecossistema de altitude onde chove 1000 mm e tem depressões onde precipita entre 400 e 350 mm por ano”, esclarece o coordenador do Programa de Apoio à Agricultura Familiar da Diaconia, Marcelino Lima. “A partir disso a gente pode concluir que o problema do nordeste não é a quantidade de chuva. É a própria distribuição e aproveitamento dela”, ressalta ele.

Como conviver?

“Para uma convivência harmônica com o semi-árido, primeiro, a gente precisa conhecer mais a caatinga nordestina. Ela possui uma biodiversidade fantástica. Estão destruindo a caatinga sem que tenhamos acesso a essas riquezas”, lembra o pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco e espe-

cialista na questão hídrica do Nordeste, João Suassuna.

O semi-árido vem sendo sistematicamente abordado como uma região limitada. “É uma lógica da ‘vitimização’ e de exaltação das limitações do meio natural desvalorizando todas as suas potencialidades. É um padrão que ao invés de mobilizar a sociedade para os recursos locais disponíveis, a convida para o imobilismo: ninguém pode fazer nada porque o semi-árido é um meio hostil, difícil de se desenvolver”, afirma o coordenador executivo da Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA), Luciano Silveira. A ASA é um fórum de organizações da sociedade civil.

E é a própria natureza que, de acordo com Luciano Silveira, mostra os sinais de como conviver com a região. A vegetação da caatinga, por exemplo, desenvolveu a capacidade de estocar água e nutrientes no período chuvoso mais intenso e assim conseguir viver no período de seca. Enquanto o alimento fica estocado em suas raízes, as plantas perdem suas folhas para diminuir a perda de água por transpiração, já que o calor é intenso na região. Essa é a lógica das próprias cisternas, fonte comum de abastecimento nas terras semi-áridas: captar a água nos períodos chuvosos e depois usá-la na seca. Neste período, as sementes também caem, ficam guardadas no solo à espera das primeiras chuvas. “A natureza parece resuscitar com um vigor tremendo porque foi capaz de estocar tudo aquilo”, diz Luciano.

Muitos agricultores tradicionais incorporam, mesmo que inconscientemente, práticas da natureza. Não é novidade para eles a utilização de tanques formados nas rochas para armazenar água, nem a estocagem das



Cacto típico do Vale do Catimbau, em Pernambuco

Foto: Roberto Linsker

sementes para garantir o plantio da nova safra. “O desafio nosso é resgatar essa cultura e esse conhecimento, resgatar a capacidade criativa dessas populações e junto com elas ajudar a aprimorar essas práticas e desenvolver novas que possam ampliar essas estratégias de estocagem”, conclui o coordenador executivo da Asa.

Mas não é só a natureza que responde às necessidades do sertanejo. O semi-árido nordestino possui cerca de 60 mil represas que acumulam aproximadamente 37 bilhões de metros cúbicos de água, valor que corresponde ao maior potencial represado em regiões semi-áridas do mundo. Portanto, já existe uma infra-estrutura hídrica pronta aguardando a distribuição de toda a água armazenada para o povo. A expansão das estruturas existentes e a construção de adutoras são alternativas baratas que conseguirão atender grande parte da população, especialmente aquela que se encontra difusa.

Moradores do município de Arcoverde, sertão pernambucano, buscam água em açude



Foto: Banco de Imagens AsaCom

Foto: Roberto Linsker

Do que dependem as soluções?

De investimentos, vontade política e pesquisas, pelo menos. Boa parte da população rural, que corresponde a cerca de 30% do semi-árido, sofre, de fato, com a escassez de água. As medidas propostas até o momento, como construção de cisternas resolvem parte do problema. Mas ainda não há soluções definitivas e o projeto do Governo Federal de transpor as águas do São Francisco não

pode ser considerado uma alternativa, já que se destina ao abastecimento de áreas urbanas. Nessas áreas urbanas, estudos de órgãos ligados ao próprio Governo apontam o que precisa ser feito. Tratam-se de soluções mais simples, eficientes e baratas do que o Projeto de Transposição, o que faz com que também nesse caso ele não seja uma alternativa, como quer o Governo.

A população urbana

O semi-árido está doente e o diagnóstico já foi divulgado: é o Atlas Nordeste – Abastecimento Urbano de Água, lançado no dia 07 de dezembro de 2006, pela Agência Nacional das Águas (ANA). Durante dezoito meses, a ANA, juntamente com os governos federal, estaduais e municipais, fez um levantamento sobre a oferta de água, seja ela subterrânea ou superficial, qual a qualidade dela, e, a partir disso, apontou as melhores e mais baratas formas de abastecer as 1.356 sedes municipais contempladas em seus estudos. Os municípios estudados pelo Atlas são aqueles que possuem mais de 5.000 habitantes na zona urbana, mas isso não impede que vilas situadas no caminho de alguma adutora apontada pelo diagnóstico abasteçam-se dessa água.

As alternativas propostas podem ser caracterizadas de duas formas. A primeira

se baseia na utilização e adequação de solução já disponível, ou seja, estruturas construídas, em construção ou já planejadas e que abasteçam satisfatoriamente uma sede municipal. A segunda é composta de novas soluções, já que as existentes se mostraram insuficientes. São obras, por exemplo, de ampliação de açudes, da integração deles com as cidades através de adutoras, ou até mesmo a construção de novos reservatórios de água. Mas, de acordo com o superintendente de recursos hídricos da ANA, João Lotufo, o documento prioriza utilizar a infra-estrutura já existente e só construir uma nova quando for necessário.

O diagnóstico também mostra as possíveis fontes de financiamento para as obras que, se totalmente executadas, custarão ao todo cerca de 3,5 bilhões de reais. “Há água para abastecimento da população. Não é novidade”, diz o superintendente.



Flor do Cactus, típica do Vale do Catimbau, em Pernambuco

“O que falta é fazer a água andar. Sair do reservatório para chegar até o cidadão”, diz João Lotufo.

Perguntado se poderia haver conflitos pelo uso da água caso as sugestões do estudo não sejam transformadas em realidade, João Lotufo foi taxativo: “não tenho dúvidas. À medida que o tempo passa, se a demanda continua crescendo você fatalmente terá problemas. Mas acreditamos que, uma vez apontadas as questões, deixando claro o quanto custa e que existem alternativas, a própria sociedade tem capacidade de se movimentar para que as questões sejam tratadas satisfatoriamente”.

Para a população rural

“Hoje, nós temos um problema sério que é esta população difusa que mora nos pés de serra, nos sítios, nas propriedades e em pequenos lugarejos. Essas populações estão desabastecidas”, lembra João Suassuna. Para levar água para essa população dispersa, a cisterna ainda é a tecnologia mais eficaz. No entanto, é preciso investir em seu aperfeiçoamento. O Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC), da ASA, tem ajudado a mudar essa realidade, mas ainda não é suficiente para suprir todas as necessidades do sertanejo.

O Programa, iniciado em 2003, objetiva abastecer 5 milhões de famílias com a construção de um milhão de cisternas até

2010. Cada cisterna tem capacidade para estocar 16 mil litros de água. Essa água permitiria à família ter água para beber, cozinhar e escovar os dentes nos oito meses de seca.

As cisternas são construídas pelas próprias famílias e pedreiros da região. Para o superintendente da ANA, quando o cidadão participa ativamente do processo de construção da cisterna, ele consegue fazer com que a água sempre esteja com boa qualidade. “Não adianta você só construir o negócio e colocar lá. Você tem que fazer com que o indivíduo se sinta responsável por aquilo”, diz.

De acordo com dados da ASA, mais de mil municípios foram atendidos, cerca de 190 mil cisternas foram construídas, aproximadamente 4,5 mil pedreiros foram habilitados e mais de 180 famílias já foram capacitadas para administrar sua cisterna. Mas Luciano Silveira afirma que ainda tem muito a ser feito: “o Programa não é suficiente por si, ele é o primeiro passo que mostra que é preciso construir um novo rumo para o desenvolvimento do semi-árido”. E completa: “basta não olhar o semi-árido a partir de seus impedimentos. Temos um desafio profundo pela frente que é uma mudança de paradigma, mudança na forma de olharmos a realidade”.

E a ameaça da transposição continua...

O Governo Federal, com o “Projeto de Integração da Bacia do Rio São Francisco às Bacias do Nordeste Setentrional”, anuncia que pretende combater a seca no semi-árido brasileiro com a transposição das águas do Rio São Francisco. Segundo o Relatório de Impacto Ambiental (Rima) da obra, serão 720 quilômetros de canais artificiais, cimentados, que levariam as águas bombeadas para os estados do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

“O projeto de transposição do São Francisco vai chover no molhado: vai levar água para onde ela já existe”, enfatiza o pesquisador da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, João Abner. O “chover no molhado” a que se refere o pesquisador potiguar é o local para onde a água retirada do São Francisco irá: açudes de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. De acordo com ele e também com o professor João Suassuna, não faz sentido levar a água para esses reservatórios gastando bilhões de reais se o necessário é a construção de sistemas de adutoras para que a água já existente seja distribuída.

O Atlas Nordeste mostra, justamente, que há alternativas para os municípios que as águas da transposição iriam atender. A Agência Nacional de Águas esclareceu que o documento não se trata de um programa ou projeto, ele aponta um conjunto de soluções técnicas eficientes. Ou seja, se essas soluções forem implementadas, por que transpor as águas do São Francisco?

A Agência justifica também que, por não contemplar os usos múltiplos da água, que incluem, por exemplo, as atividades econômicas, as medidas propostas pelo Atlas não garantem a segurança hídrica do Nordeste. Entretanto, como explica o pró-

prio ex-ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, referindo-se à transposição, “o projeto não atende a população difusa, a cisterna sim, mas a população difusa é minoria, as maiorias a quem o projeto se destina estão nas cidades, é um projeto de abastecimento humano nas cidades”. A declaração foi dada em entrevista à Rádio Itatiaia no dia 14 de março deste ano.

João Abner, do Rio Grande do Norte, e João Suassuna, de Pernambuco, ambos de estados que serão contemplados pela transposição, acreditam que as medidas apontadas pelo Atlas tornam desnecessária a transposição. “O Atlas mostra que o nordeste tem água e que é muito mais barato construir uma infra-estrutura para ir atrás dessas águas que já existem – metade do custo da transposição – do que fazer esse projeto faraônico para levar as águas a 500 km de distância dos locais de consumo”, conclui Suassuna.

Ninguém escuta

O governo Lula tem mostrado disposição em realizar a transposição a todo custo. Ataques aos opositores do Projeto de Integração do São Francisco estão cada vez mais frequentes e o Bispo Frei Dom Luiz Cappio, defensor do sertanejo, tem sido pintado como aquele que está negando uma caneca de água ao povo do semi-árido. “Acho uma posição esquizofrênica juntar igreja com decisões de Estado, ainda mais quando um padre, um bispo, numa atitude de suicídio, faz greve de fome, provocando demandas que os senhores não sabem”. A afirmação foi feita pelo diretor da Área de Informação da ANA, Dalvino Franca, na abertura do VI Fórum das Águas, na Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

Argumentos emocionais?

“O discurso pode ser emocional, mas os argumentos dos que são contrários são científicos”, afirma o coordenador do Projeto Manuelzão e membro do CBH-São Francisco, Thomaz Matta Machado. “A evolução da democracia nos ensina a despir a arrogância e aprender a ouvir”, ressalta o coordenador.

E o que querem dizer os que são contra? A transposição se propõe a solucionar problemas que podem ser resolvidos com alternativas mais simples, eficientes e baratas. O projeto não resolve o problema e ainda cria outros. Além do impacto ambiental nas bacias doadoras e receptoras, também implicará em enorme gasto energético. Soma-se a isso a pressão para a crescente utilização dessa água.

Pela tabela fornecida pelo coordenador do Projeto de Transposição, Rômulo Macedo, seriam beneficiados pela obra 390 municípios. Comparando com os dados do Atlas, desses 390 municípios, 294 possuem alternativas de abastecimento apontadas pela ANA. Além disso, sabe-se pouco sobre as obras complementares, como a construção de adutoras para distribuição das águas dos açudes que receberão a transposição. Questionado sobre isso, Rômulo Macedo afirmou apenas: “são vários sistemas adutores já existentes e projetados em cada estado beneficiado. Somente para citar a mais importante, a adutora do agreste pernambucano, com cerca de 920 km, levará água do eixo leste diretamente para cerca de três milhões de pessoas na região que tem a maior escassez de água no Brasil. Seu projeto básico está sendo contratado pelo Ministério e suas obras deverão ser iniciadas no final dos próximos anos com conclusão em 2010.”

Foto: APNE

A caatinga é a vegetação característica do semi-árido: a transposição do rio São Francisco não mudará esse cenário



FLÁVIA MIRANDA E REGINA BARBOSA
Estudantes de Comunicação da UFMG

Dengue: conhecer é a melhor forma de prevenir

É provável que todos já tenham visto um caminhão espalhando fumaça para combater o mosquito da dengue, que também inspirou personagens em campanhas educativas. Os dados mostram que as medidas de controle têm surtido efeito. De janeiro a março deste ano, foram registrados 8.013 casos da doença, contra 19.700 no mesmo período de 2006 em Minas Gerais. Mas o número de infecções ainda assusta. Pesquisadores apontam a importância de mais investimentos em pesquisas e na mobilização das pessoas.

“O nível federal dispõe as linhas gerais. Assim, os estados adequam as normas para sua realidade e os municípios executam as medidas de controle”, explica o diretor de vigilância ambiental da Secretaria de Estado da Saúde de MG, Francisco Lemos. Atualmente, o controle dos mosquitos da dengue é feito por fumacê, que lança inseticida no ar para tentar matar as formas adultas do *Aedes aegypti*. Muitos questionam o método, que é pesticida e pode matar também outros seres vivos. Outra estratégia é a retirada dos criadouros das larvas, como pratos de vasos de plantas, garrafas, pneus e

latas. Essa medida é apontada por Francisco Lemos como uma das mais importantes.

As medidas de combate à dengue adotadas em Minas contribuíram para reduzir o número de casos em relação a 2006. Os municípios que apresentaram mais casos da doença este ano foram Teófilo Otoni, com 1.131 casos, e Belo Horizonte, com 1.099. “A região mais vulnerável é a Região Metropolitana de BH por causa das grandes concentrações populacionais”, explica o diretor de vigilância ambiental.

Segundo o médico sanitário da Gerência de Controle de Zoonoses da Secretaria Municipal de Saúde de BH, Eduardo Pessanha, a capital está entre as que apresentam a menor incidência de casos da doença no país, junto com São Paulo, Curitiba e Florianópolis. Apesar disso, o médico sanitário afirma que ainda há muito o que ser feito. “Temos que investir mais em ações planejadas de acordo com as especificidades de cada região e da época do ano”.

Em todo o Estado trabalham cerca de oito mil agentes para o controle da dengue e para este ano o orçamento para conter a doença é de R\$ 60 milhões. Entretanto, só o trabalho dos agentes não basta. Para o coordenador do curso de pós-graduação em Medicina Tropical da Faculdade de Medicina da UFMG, Manuel Otávio da Costa Rocha, “se de um lado há um bom corpo técnico, por outro lado, há uma grande desmobilização social. O controle é feito sazonalmente, em certos meses, e depois pára. A desmobilização não é proposital, mas há uma tendência a acomodação”.

Investimento em prevenção

Uma das dificuldades para o controle da dengue é a falta de medidas para a identificação precoce dos focos da doença. Para prevenir as infestações e orientar as medidas de controle, pesquisadores do Departamento de Ciências Biológicas da UFMG desenvolveram o Monitoramento Inteligente de Dengue (MI Dengue). O inseto é atraído para dentro de uma armadilha e fica preso num cartão adesivo, o que o impede de depositar seus ovos. Pela análise

desse cartão, é possível estimar a concentração do mosquito nas áreas monitoradas. Ao realizar a vistoria, o agente gasta cerca de cinco minutos para observar as condições da armadilha. Os dados gerados a partir dessa observação são passados para um software, que analisa as informações e gera mapas georeferenciados.

“No método do governo, um agente de campo, ao encontrar larvas do mosquito nas casas, coleta amostras e as encaminha para um laboratório. Os resultados ficam prontos em cerca de vinte dias. Com o MI Dengue, em duas horas os mapas produzidos ficam disponíveis na internet para que gestores da saúde possam direcionar suas ações”, explica o coordenador do projeto, Álvaro Eiras. O serviço já foi adotado nas cidades mineiras de Congonhas e Frutal, em Vitória (ES) e em Presidente Epitácio (SP). Além disso, o método está sendo usado como projeto piloto na regional Oeste de BH.

Segundo Álvaro Eiras, nos lugares em que a ferramenta foi adotada a tecnologia contribuiu para evitar epidemias. “As pessoas acham que o equipamento é caro, mas trabalhar com a prevenção é ainda mais viável que com tratamento. Uberaba, por exemplo, que viveu uma epidemia entre 2005 e 2006, gastou em torno de R\$ 1,3 milhão só para controlar o mosquito”.

Saiba mais

Os ovos de *Aedes* podem sobreviver quase um ano e meio próximo dos locais que acumulem água. Se houver condições para seu desenvolvimento, eles se transformam em larvas e atingem a fase de mosquito. No verão, o tempo para que uma larva se transforme em mosquito adulto é de cerca de 10 dias e o período de vida dele é de 35 dias. A transmissão da doença ocorre pela picada da fêmea de *Aedes*. É importante procurar um médico ao perceber os sintomas da dengue: dores fortes na barriga, diarreia, tontura, cansaço e febre. Além disso, deve-se evitar tomar remédios por conta própria para não agravar o quadro da doença.



Foto: Mariana Garcia

Armadilha do MI Dengue na Escola de Ciência da Informação da UFMG

Manuelzão aposta na parceria entre teoria e prática

JÊNIFER ROSA

Estudante de Comunicação da UFMG

Embora tenha nascido dentro da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, o Projeto Manuelzão tem apostado no trabalho conjunto com vários cursos de outras instituições de ensino técnico e superior para garantir a recuperação da bacia do Rio das Velhas. Além de enriquecer a formação de futuros profissionais, a aproximação também permite à sociedade se apropriar dos conhecimentos produzidos nessas instituições e contribuir para a construção desse conhecimento.

“Nossa escola, como uma escola pública, recebe investimentos da comunidade. Trabalhos como este são uma forma de dar retorno para a comunidade desse investimento. A escola tem que desenvolver pesquisa, produzir conhecimento e colocar esse conhecimento à disposição das pessoas”, comenta a coordenadora do Curso Técnico em Meio Ambiente da Escola Técnica Municipal de Sete Lagoas, professora Marley Beatriz de Assiz Lima. Atualmente, o Projeto conta com sete parcerias com outras instituições de ensino superior e técnico, e ainda há outras sendo viabilizadas.

Como nasce uma parceria

Em alguns casos, a procura é dos próprios alunos. “Foi o que aconteceu com a Faculdade Arnaldo”, conta o coordenador de mobilização social do Projeto Manuelzão, Rogério Sepúlveda. “Fui procurado por um aluno que queria fazer estágio. Então, conversei com o coordenador e propus um trabalho mais sistematizado, que tivesse início, meio e fim. A Arnaldo descobriu que podia fazer um trabalho legal com os alunos do curso de Administração Geral com ênfase em gestão ambiental na bacia do Tamboril”. O coordenador do Núcleo de Inovações Santo Arnaldo do Departamento de Extensão e Pesquisa, Hildelano Delanusse Theodoro, conta que “o Projeto Manuelzão entra nas disciplinas de prática e já está incorporado na Faculdade. Todos os alunos querem participar, mesmo como voluntários”.

Outras vezes, a parceria é firmada entre as próprias faculdades com os Núcleos Manuelzão e os subcomitês de bacia hidrográfica, como no caso da Fundação Mineira de Educação e Cultura (Fumec) e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). A professora da Faculdade de Engenharia Ambiental da Fumec, Renata Silvino, procurava uma área próxima à Faculdade onde pudesse realizar um estudo de caso com seus alunos. Após contatos com líderes comunitários da região leste de Belo Horizonte, começou a coordenar um projeto na bacia do córrego do Navio. “A parceria com o Manuelzão se iniciou através do Núcleo do Navio. Depois, por intermédio dos líderes comunitários, eu comecei a participar do Subcomitê Arrudas. Daí, eu vi que existiam possibilidades para uma parceria maior ainda”, comenta a professora.

Com a PUC Minas a história é parecida. A Universidade procurava uma área para realizar o trabalho denominado Espaços Urbanos Seguros, com os alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo. Acabaram selecionando uma área que também é de interesse do Manuelzão, a microbacia do Córrego do Pastinho, localizado no Morro das Pedras. Esse córrego, como a maioria dos que estão dentro das favelas, está em processo de degradação bastante avançado: recebe esgoto, lixo, enfrenta problemas de instabilidade nas encostas, além de abrigar mais ou menos 200 famílias dentro dos seus limites. “Nós fizemos contato com o Manuelzão e começamos a costurar uma parceria para levar adiante nosso projeto. Estamos buscando a mesma coisa. Assim como a degradação ambiental anda junto com a degradação social, estamos apostando que a recuperação ambiental e recuperação social também vão caminhar juntas”, enfatiza a professora e coordenadora do Escritório de Integração do Departamento de Arquitetura da PUC, Margareth Leta.

Os benefícios desse tipo de parceria são uma via de mão dupla. “A comunidade detém aquilo que chamamos de conhecimento empírico, que deve ser muito valorizado. A universidade vem somar, trazer o conhecimento científico, fazendo com que isso se torne base para as lutas da comunidade”, esclarece a professora Renata, da Fumec.

Bom para todos

“Chegamos num ponto em que o Projeto Manuelzão não possui capacidade de conduzir todos os subcomitês. Então, uma forma de dar continuidade ao trabalho é por meio das faculdades, por meio dos estágios”, explica Rogério Sepúlveda. Além disso, como é composta por variados cursos, as comunidades podem ser auxiliadas em questões que vão além das questões ambientais.

“A presença dos estudantes é muito importante para dar suporte à comunidade para conhecer e cobrar seus direitos”, afir-

ma o coordenador do Núcleo Manuelzão do Tamboril, Toninho Ruas. Para o rapper do Morro das Pedras, Negro Lê, além de proporcionar uma mudança na concepção ecológica dos moradores, que antes queriam ver o córrego do Pastinho canalizado e agora querem ver a recuperação dele, a presença da Faculdade representa uma quebra de paradigma. “O morro e o asfalto têm que se unir, porque não tem como trabalhar uma coisa sem uma concepção harmoniosa dos dois lados”, diz Negro Lê.

A presença dessas instituições acadêmicas também viabiliza o desenvolvimento de pesquisas. “As interrogações e dados levan-

tados pelos grupos são importantes para que possamos desenvolver nosso trabalho”, explica a aluna do curso de gestão ambiental da Unatec, Derza Costa Nogueira, que também faz parte do Subcomitê do rio Taquaraçu.

A professora Marley, de Sete Lagoas, ainda aposta na integração entre os municípios: “nós temos um ribeirão que corta cinco municípios e todos dependem dessa água. Se as ações de cada município forem separadas não vai resolver. Esse tipo de projeto cria nas comunidades a consciência de que o ribeirão é um bem coletivo e por isso temos que trabalhar coletivamente”.

Medicina nas comunidades

DENISE TEIXEIRA E ANA FLÁVIA DE OLIVEIRA
Estudantes de Comunicação da UFMG

Imagine-se no consultório médico. Ele fornece um diagnóstico detalhado de seu problema e vocês, juntos, decidem sobre o melhor tratamento. Já funciona assim nos Núcleos Manuelzão, que recebem a visita de médicos, ou melhor, de futuros médicos, que os auxilia a diagnosticar os problemas a serem trabalhados. Estudantes do primeiro período da Faculdade de Medicina da UFMG visitam Núcleos Manuelzão para desenvolver um diagnóstico sócio-ambiental.

Essa avaliação é elaborada pelos alunos juntamente com a professora e socióloga Rosa Maria Quadros Nehmy, responsável pela disciplina Ciências Sociais aplicadas à Saúde. Nessas aulas, é desenvolvido o questionário que será aplicado nas comunidades e que aborda questões ambientais e sociais. A partir de uma reunião prévia dos estudantes com os integrantes dos Núcleos, a comunidade define os temas prioritários a serem enfocados pelos questionários. Os resultados permitem definir as diretrizes das ações desenvolvidas pelos moradores.

Segundo a pedagoga do Projeto Manuelzão, Lísia Godinho, essa metodologia de escuta da população é o que fortalece a relação entre Manuelzão e Núcleos. Ela afirma que é importante a participação da comunidade na construção do conhecimento e, principalmente, a devolução desse conhecimento a ela.

“O que nos interessa é pensar o meio ambiente no cotidiano das comunidades e com uma ligação com a saúde”, afirma

a professora Rosa, que acredita que essa interação pode ajudar no desenvolvimento de uma noção de meio ambiente mais próxima do dia-a-dia das pessoas. Segundo Nirma Damas, moradora atuante no Núcleo Cascatinha, o diagnóstico forneceu dados mais concretos que direcionaram as ações realizadas pela comunidade, orientando, inclusive, os postos médicos.

Além dessa preocupação, o projeto procura, também, fortalecer a concepção de que saúde não é apenas intervenção com remédio, mas está ligada aos problemas ambientais, e se refere a um determinado contexto social. “O estudante de medicina não deve reduzir a questão à saúde orgânica”, diz a socióloga. Nesse semestre, inicia-se a quarta parceria, com o Núcleo Manuelzão do Brejinho.

CÓRREGO DO PASTINHO (NEGRO LÊ / WL)

**PRESERVANDO AS NASCENTES
ACABANDO COM O LIXO
PARA ESSES PROBLEMAS
EU TRAGO A SOLUÇÃO
ÁREAS ESQUECIDAS
HOJE URBANIZADAS
TAMBÉM MAIS SEGURAS POIS
ESTÃO ILUMINADAS
QUEM DESACREDITAVA
AGORA PASSAM A ACREDITAR
PRECISAMOS DE VOCÊ
DO NOSSO LADO PRA SOMAR
PRA SOMAR
PRA SOMAR**

Negro Lê e WL se apresentaram no 8º Encontro de Núcleos Manuelzão do Projeto, realizado em 2006



Foto: Carolina Silveira

Relatório de barragens

A Feam divulgou relatório que faz um levantamento das 606 barragens cadastradas em Minas Gerais e as classifica de acordo com o potencial de danos ambientais. Esse registro vai colaborar com os órgãos de fiscalização, uma vez que localizará as barragens que apresentam maiores riscos de ocasionar posteriores impactos ambientais. Mais informações no site do órgão: www.feam.br

Afluentes são os mais poluídos

Os piores índices de qualidade da água em Minas Gerais foram registrados nos ribeirões Arrudas e Onça, situados na bacia do Rio das Velhas, na região metropolitana de BH. Esse é o resultado constatado pelo Mapa da Qualidade das Águas Superficiais de Minas Gerais 2006. O estudo, feito pelo Igam, aponta o lançamento de esgoto doméstico nesses cursos d'água como a principal causa para os índices negativos. Apesar dos resultados alarmantes nos afluentes do Rio das Velhas, Minas Gerais teve uma melhoria na qualidade das águas. As bacias que menos sofrem com os impactos de esgoto sanitário e outros materiais orgânicos são a do Rio Grande e a do Paranaíba — ambas localizadas no Triângulo Mineiro.

Tem início o monitoramento ambiental participativo

As mortandades de peixes são episódios recorrentes na bacia do Rio das Velhas. Também recorrente é a falta de resposta para as causas dessas tragédias. Com o objetivo de entender melhor o que faz com que centenas e até milhares de peixes morram ao mesmo tempo, o Projeto Manuelzão, por meio de seu Núcleo de Pesquisas, o Nuvelhas, inicia este semestre o Monitoramento Ambiental Participativo (MAP). O objetivo é constituir uma rede de Amigos do Rio, que será formada por moradores das margens do Rio das Velhas e também do São Francisco, no trecho entre a represa de Três Marias e a foz do Velhas, em Barra do Guacuy. O MAP é apoiado e financiado pela Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feam) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig).

A descoberta das causas de uma mortandade depende da correta análise das águas do rio e das espécies que foram atingidas. Todos estes dados devem ser recolhidos o mais próximo e mais rápido possível do início da mortandade.

Mais poder aos subcomitês

Foi aprovada na reunião do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH-Velhas) realizada em fevereiro deste ano, que todas as demandas de análises de outorgas, acesso a recursos, dentre outras questões, deverão ser avaliadas antes pelos subcomitês de bacia. A criação dos subcomitês é prevista pela Deliberação Normativa 02, de 2004, do CBH-Velhas, a quem caberá a aprovação final das demandas. Uma vez organizados, os representantes de cada sub-bacia poderão contribuir para os processos decisórios que interferem em sua realidade. No último dia 28 de março, foi oficializada a criação do SubComitê da bacia do Ribeirão da Mata. E em Augusto Lima, no dia 18 de abril, tomaram posse os membros do SubComitê do Curimataí.

Internato

O coordenador do Projeto Manuelzão, Antônio Leite Radicchi, é o novo coordenador do Internato em Saúde Coletiva ("Internato Rural") da Faculdade de Medicina da UFMG. Um dos objetivos do novo coordenador é conseguir levar o "espírito" ambiental do trabalho do Projeto Manuelzão aos municípios que possuem o Internato, mas que estão localizados em outras bacias hidrográficas que não a do Velhas.

Internet

Muitos sites disponibilizam um rico material para aqueles que lidam com meio ambiente. Confira alguns destaques:

Transposição

O Projeto Manuelzão disponibiliza em seu site uma série de artigos de especialistas sobre o tema. Além disso, o internauta também pode ter acesso a um dossiê que reúne os argumentos daqueles que são contrários à obra do Governo Federal. Por que transpor um rio poluído para tentar resolver um problema que pode ser solucionado com alternativas mais simples e baratas? Confira em nosso site.

Você sabia?

Que todas as publicações do Projeto Manuelzão podem ser acessadas em nosso site? Que ele também é atualizado semanalmente com notas produzidas por estudantes de jornalismo a partir do monitoramento de cerca de 30 sites? Ou seja, o que não falta é novidade.

É só clicar

Basta fazer um download. Com o objetivo de facilitar a difusão de filmes relacionados ao meio ambiente, a Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente digitalizou o conteúdo do seu acervo e o disponibilizou gratuitamente pela Internet para escolas e instituições. 80 documentários com vídeos e animações já estão disponíveis. Para baixar os filmes, basta ir ao site <http://www.mma.gov.br/> e clicar no ícone Educação Ambiental. Depois vá ao botão CID Ambiental e por último clique em videoteca.

No dia 09 de abril, uma mortandade de peixes atingiu o Rio das Velhas em Lagoa de Santo Antônio, distrito de Jequitibá. Manuelzão e Feam estiveram no local

Foto: Livia Aguiar

10 anos de encantamento

"As pessoas não morrem, ficam encantadas". As palavras de Guimarães Rosa traduzem com exatidão o adeus de um homem que o próprio Guimarães immortalizou. Um velho sertanejo de prosa agradável, sempre disposto a receber uma visita com bom humor e contar "causos" dos mais peculiares e interessantes. Essas são algumas das características que marcaram a personalidade de Manuel Nardi, que inspirou o escritor mineiro João Guimarães Rosa a criar um de seus mais famosos personagens: Manuelzão. A sabedoria do vaqueiro e sua preocupação com o meio ambiente traduzem a causa deste Projeto, que foi batizado em 1997 com o nome Manuelzão. São 10 anos de nascimento do Projeto e também dez anos de "encantamento" de nosso Manuel Nardi, que ainda em vida batizou a empreitada que levaria seu nome. Uma foto, à porta da Faculdade de Medicina da UFMG, se tornaria o testemunho e o marco da homenagem recebida de bom grado.

Festivalhas Manuelzão...

Foto: Daniel Iglesias

...na capital mineira do Folclore. Já tiveram início os preparativos para o 2º Festivalhas Manuelzão, que será realizado do dia 06 ao dia 09 de setembro em Jequitibá. O município que receberá o encontro de arte e cultura da bacia do Velhas realiza nessa mesma data o Festival do Folclore, que chega a sua 3ª edição. Assim, o Festivalhas Manuelzão na capital mineira do Folclore pretende, mais uma vez, dar voz a uma cultura diversa e que diversamente pode contribuir para a revitalização do Rio das Velhas.

E o lixo, para onde vai?

O Conselho Estadual de Política Ambiental definiu o prazo de validade do aterro sanitário de Belo Horizonte: dezembro de 2007. Caso o volume do lixo alcance sua capacidade máxima, 930 metros, deverá ser fechado antes da data definida. Além de providenciar, com urgência, alternativas para o lixo, a prefeitura deverá também executar um programa de recuperação para a área desativada que conte com a participação da comunidade local.

Curvelo tratará esgoto

Em março, a Copasa assinou com a prefeitura documento que prevê a construção de 81 quilômetros de redes coletoras e interceptoras, execução de 5 mil ligações prediais e construção de uma Estação de Tratamento de Esgoto que atenderá a sede municipal. Assim, o esgoto "in natura" não seja mais despejado no Ribeirão Santo Antônio e no Córrego Riacho Fundo, contribuindo para a revitalização deles e da bacia do Rio das Velhas.

Navegador solitário inicia nova jornada

LARYSSA ALMEIDA

Estudante de Comunicação da UFMG

Barraca, vara de pescar, colete salva vidas, painéis e poucas mudas de roupa. Isso é tudo o que pode ser encontrado na bagagem de Seu Aladir. Aos 70 anos de idade, ele viaja pelos rios do Brasil levando em sua canoa apenas o indispensável para sobrevivência e um grande amor pela natureza. Em suas aventuras, o navegador solitário já percorreu mais de 40 mil quilômetros. Por onde passa, é chamado de herói das águas. Pessoalmente, é modesto. "Sou apenas um ambientalista que faz o que pode. E que quer ver as outras pessoas fazendo também".

Aladir Almeida Murta já foi do Exército e trabalhou com o comércio de pedras preciosas. Atualmente, está aposentado e quando não está navegando passa os dias em Santa Luzia, município da região metropolitana de BH. Filho de fazendeiros, ele nasceu na cidade de Coronel Murta, Vale do Jequitinhonha, e conta que desde criança nutria um grande desejo de fazer algo pelo meio ambiente. Em 2000, decidiu colocar o sonho em prática e começou a explorar de canoa os rios do Brasil. Como muda sua rota constantemente e chega aos lugares sem se anunciar, sempre

carrega uma pasta com fotos e documentos que recolheu nos lugares onde esteve.

O primeiro destino de seu Aladir foi a Ilha do Bananal, maior ilha fluvial do mundo cercada pelos rios Araguaia e Javaés, no estado do Tocantins. Lá, seu Aladir se tornou o presidente da ONG Associação de Proteção do Meio Ambiente do Rio Araguaia e Ilha do Bananal. Mas ele sentia que para defender a causa ambiental precisava ir mais longe e, em 2001, criou o projeto Verb - Viagem Ecológica Pelos Rios do Brasil. A primeira atividade do Verb foi viajar um quilômetro de barco a remo através do rio Araguaia. Os integrantes da ONG não aderiram à idéia e Seu Aladir seguiu seu rumo sozinho e nunca mais parou.

Araguaia, Tocantins, Paraguai, Guaporé, Mamoré, Madeira, Solimões, Negro, Amazonas, Cipó, Velhas e São Francisco são alguns dos mais de 30 rios em que Aladir remou. Por onde passa, ele procura chamar a atenção das pessoas e do poder público para as condições de vida da população ribeirinha e para a importância da preservação do meio ambiente. "Se o governo e as autoridades quiserem conhecer a realidade do país, de avião, de helicóptero e de lancha grande não vão conseguir. Eles têm de fazer igual eu estou

Foto: arquivo pessoal Aladir Murta



Para Aladir, as margens dos rios é que são sua casa

fazendo, aí sim eles vão ter uma noção exata do que acontece nos rios do Brasil", provoca.

Mas no caminho nem tudo são flores. O navegador já naufragou diversas vezes, passou fome e sede. Ele custeia suas viagens apenas com o seu salário de aposentado. Mas, não desiste. No dia 11 de abril ele colocou o pé na estrada, ou melhor, no rio, outra vez. Saiu sem roteiro traçado da ponte de Santa Luzia no Rio das Velhas e pretende voltar ao Rio Amazonas. Pensa em parar? "Somente quando estiver inválido ou chegar o fim de minha vida", afirma enfático.



O que guardar?

CLARISSA VIEIRA E PAULA ALKMIM

Estudantes de Comunicação da UFMG

Terminada a apuração, é hora de redigir. Em meio a tanta informação, como selecionar aquilo que é mais importante? Essa angústia também é comum a muitos movimentos sociais. O que registrar? O que guardar? Se as perguntas são difíceis, há pelo menos uma certeza: o registro de informações é fundamental tanto para a gestão interna do movimento quanto para a construção da visibilidade daquilo que se tem como causa.

Segundo o professor de Relações Públicas da UFMG, Rennan Mafrá, a informação produzida nos movimentos sociais não tem só um caráter de registro histórico, mas também uma função de mostrar e avaliar as ações que têm sido desenvolvidas e os projetos futuros. É essa informação que faz com que as pessoas se envolvam e reconheçam a importância do movimento.

Existem algumas dificuldades no processo de gestão da informação. A falta de recursos, como lugar físico para armazenar o que é registrado ou a falta de ferramentas para esse trabalho, como o computador, pode ocasionar uma verdadeira confusão com tudo que é registrado. Outro obstáculo comum é a inexistência de uma “cultura do registro”, ou seja, a falta do hábito de se preocupar com o registro sistemático da informação produzida.

De acordo com a professora do curso de Ciência da Informação da PUC-MG e consultora do Projeto Manuelzão para gestão da informação, Carolina Saliba, a displicência pode acarretar uma descontinuidade da ação nos movimentos. Para o coordenador do Grupo de Educação e Mobilização do Projeto Manuelzão, Rogério Sepúlveda, é o registro que mantém as pessoas conectadas umas às outras e conectadas à ideia do movimento, “para não perder o fio da meada”. Além disso, segundo Rennan Mafrá, a informação quando registrada diminui a possibi-

lidade de repetição de erros cometidos no curso da ação social.

Outra dificuldade é selecionar em meio à grande quantidade de informações produzidas aquelas que realmente são importantes para o movimento e que devem ser guardadas. Segundo Rennan Mafrá, não se pode cair em um ponto de querer guardar tudo. Ele acrescenta que não existe uma regra para definir a fronteira entre o que deve ser guardado e o que não deve, quem dá o limite são as próprias pessoas que participam do movimento. É imprescindível começar a registrar. Depois de feito o registro é que ocorre o “momento de limpeza”, que filtra as informações necessárias para a mobilização.

Rennan destaca que o registro ou o arquivamento não é a única variável importante no processo de gestão da informação. Se ela fica apenas guardada e não é compartilhada, “ela deixa de ser informação e passa a ser um dado que pode, às vezes, não ajudar na rotina dos movimentos”.

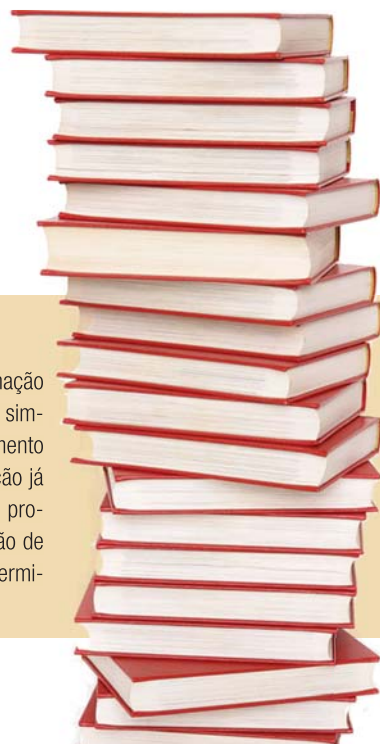
Essas dificuldades e o seu respectivo impacto no processo de gerir a informação também estão relacionados à dimensão do movimento social. O Projeto Manuelzão, por exemplo, possui o hábito de registrar, gerir e tratar a informação produzida e, hoje, possui espaço e tecnologia para aperfeiçoar e auxiliar o processo. Já os Núcleos Manuelzão e outros movimentos menores enfrentam problemas como não ter acesso à tecnologia digital ou mesmo um espaço que sirva como arquivo.

Mas existem opções, tais como o relato constante do que foi discutido nas reuniões, a criação de um diário das realizações

do movimento, a elaboração de relatórios dos eventos e a troca de informações usando a Internet. Tudo isso lembrando que “o grande segredo é a rotina e o planejamento” como ressalta Rennan Mafrá.

O Núcleo Balears do Projeto Manuelzão, por exemplo, tem como alternativa a comunicação interpessoal entre os participantes da ação e o coordenador do Núcleo, José Lopes. Segundo ele, os participantes tomam conhecimento das datas de reuniões durante encontros sociais. “Quando nos encontramos na igreja ou saímos para tomar um cafezinho, eu converso com os participantes e conto os planos de reunião”.

Muitos Núcleos Manuelzão têm dado origem ou apoiado a criação de subcomitês de bacias hidrográficas, que são organizações vinculadas ao Comitê da Bacia do Rio das Velhas. Para essas organizações, o registro já não é uma opção e, sim, uma obrigação. No Subcomitê Jequitibá, as reuniões possuem atas e calendário definido. O espaço também era um problema. De acordo com a representante do poder público no Subcomitê, Ana Sílvia, antes, a informação ficava dispersa, “cada um guardava um pouco na sua casa” e as dificuldades de gestão eram grandes.



Gerir e tratar: diferenças

A gestão é um processo de organizar e selecionar a informação mais importante. Isso pode ser feito a partir de iniciativas simples como relatórios, catalogações manuais, etc. Já o tratamento diz respeito a um processo mais técnico, em que a informação já registrada e gerida passa por uma organização que envolve processos da própria ciência da informação, inclusive a utilização de recursos da informática, como por exemplo, programas que permitem fazer buscas por palavras-chave.

Igreja contra a maré?

O pesquisador em sociologia da religião da UFMG, Alexandre Cardoso, aponta que o envolvimento da Igreja Católica no Brasil com questões sociais vai contra corrente mundial de retorno ao fundamentalismo, embora também no Brasil essa seja a tendência



Foto: Victor Guimarães

MARIANA GARCIA E VICTOR GUIMARÃES
Estudantes de Comunicação da UFMG

Gestos radicais como a greve de fome do Bispo Frei Luís Cappio podem ser vistos como tentativas desesperadas diante da ineficácia de mobilizar as pessoas. Essa é uma entre muitas coisas que diz o professor de Sociologia da Religião do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMG e coordenador do Centro de Estudos da Religião Pierre Sanchis, Alexandre Cardoso, que nos recebeu em seu gabinete para uma conversa sobre seu principal objeto de estudo. Ex-coroinha, foi nos movimentos de jovens católicos dos anos 70 que despertou para questões de política e decidiu cursar Ciências Sociais, tendo se afastado da religião com a entrada na universidade. Durante seu doutorado na Universidade de São Paulo, o professor voltou novamente seu olhar para a religião, agora apenas como pesquisador.

Como avalia o peso da religião no mundo atual?

A situação da religião no mundo de hoje é totalmente diferente e continua mudando em relação ao passado. Atualmente, o peso da religião na vida institucional e na vida das pessoas é muitíssimo menor. No passado, a religião era a base da própria legitimação do Estado, da organização social. Agora, ela é um elemento da vida social, junto com outros, tendo que disputar com outras religiões e com outras agências que também fazem papéis semelhantes ao da religião. Hoje nós vivemos num mundo pluralista. E, nos últimos 30 anos, essa situação tendeu a evoluir em duas direções diferentes.

Que tendências são essas?

Uma tendência é a religião se voltar para questões que não são estritamente religiosas. Ela faz um esforço de adaptação

ao mundo, de ajustamento aos problemas dos fiéis, aos problemas sociais, familiares, educacionais, entre outros. Ao se voltar para essas questões, ela diminui a ênfase na própria mensagem religiosa e nos rituais. A outra, exatamente oposta, é a da reafirmação dos princípios religiosos, que é a tendência fundamentalista. Tanto entre religiões diferentes, quanto dentro de religiões específicas é possível verificar essas duas tendências. No mundo, a tendência que tem ganhado mais força é a tendência fundamentalista, em todas as religiões. Até no hinduísmo, que tradicionalmente foi uma religião aberta, como nenhuma outra, inclusive bastante preocupada com a questão ecológica, a tendência fundamentalista vem crescendo.

O Brasil é conhecido no mundo como um país que produziu um catolicismo diferente, mais social

No Brasil, dentro do próprio catolicismo a gente encontra essas duas tendências. Nos anos 70, o catolicismo brasileiro teve muita força no desenvolvimento de uma religião mais liberal, ecumênica e voltada para as questões sociais. O Brasil, às vezes, é conhecido no mundo como um país que produziu um catolicismo diferente, mais social.

Episódios como a greve de fome do Bispo Frei Luís Cappio e a Campanha da Fraternidade deste ano, que tem como o tema a Amazônia, são representativos de uma tendência adaptativa no catolicismo brasileiro?

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que é quem promove a Campanha da Fraternidade, é o que ainda

resta dessa religião lá dos anos 70. Foram pessoas como Leonardo Boff, Frei Betto e Dom Evaristo Arns que ajudaram a fundar a CNBB. Eu acho que Frei Cappio, com esse gesto, sintetiza esse quadro que nós estamos vivendo. É um gesto quase de desespero, diante da ineficácia de fazer alguma coisa. Está difícil conversar, está difícil mobilizar as pessoas. O fundamentalismo cresce cada vez mais.

Qual é a eficácia desse tipo de discurso e ação em favor das questões sociais e ambientais?

A meu ver, é um efeito de cúpula, naquelas camadas da sociedade que já estão de acordo. Eles não conseguem transformar a opinião de ninguém, apenas reforçam as opiniões daquela comunidade de pessoas que acreditam naquilo. Como essas pessoas têm algum poder, elas ainda conseguem fazer com que, por exemplo, se adie a transposição do rio. É uma eficácia homeopática. Como no discurso da homeopatia, isso aumenta a capacidade do organismo de reagir à doença, mas não ataca a doença.

Existe a possibilidade de a Igreja, como uma instituição de alcance mundial, liderar um movimento global em torno de uma causa como o aquecimento global?

É uma ideia lunática, quase. Se aquela tendência da década de 70 tivesse continuado, certamente as religiões seriam mais flexíveis e, portanto, mais próximas das questões sociais, incluindo o meio ambiente. Atualmente, as religiões que mais crescem são as que se baseiam em princípios fundamentalistas. As diferentes religiões têm preocupações distintas sobre a questão ecológica. Mas até em religiões abertas e extremamente preocupadas com o meio ambiente, como o hinduísmo, a tendência fundamentalista vem ganhando força.

Foto: Pâmilla Vilas Boas



Um lugar que respira cultura

“...daquelas miúdas casas pintadas, pegada uma a outra, que nem degraus da rua em ladeira, que a Sinhá descia e subia, às horas certas, devidamente, sendo a operária exemplar que houve, comparável às máquinas, polias e teares, ou com o enxuto tecido que ali se produz”. (Sinhá Secada, Guimarães Rosa)

FILLIPE MOTTA E PÂMILLA VILAS BOAS
Estudantes de Comunicação da UFMG

Em “Sinhá Secada”, Guimarães Rosa descreve com riqueza Marzagão, cenário de encontro entre mãe e filho. A personagem do escritor teria trabalhado na antiga Companhia de Fiação e Tecidos de Minas Gerais. Se a Sinhá existiu, não sabemos, mas o cenário é real e ainda hoje guarda lembranças de um tempo próspero. A comunidade luta para preservar a história dessa vila que, em 2004, foi tombada como patrimônio histórico e cultural.

Quem sai de Belo Horizonte pela Avenida dos Andradas e entra em Sabará pela Rodovia Borba Gato pode não imaginar que uma ponte sobre o Ribeirão Arrudas dá acesso a uma vila que tem muita história para contar. Uma pequena ruela de pedras segue ao lado da fábrica de jeans e começa a revelar velhas casinhas geminadas, sobrados e algumas ruínas.

A vila foi criada em 1878 para abrigar os funcionários de uma fábrica de tecidos que seria o marco da industrialização da região metropolitana de Belo Horizonte. No auge, contando com cerca de dois mil habitantes, Marzagão teve, além de escola, farmácia, padaria e supermercado, um grupo de esportes mirins, banda de música e até cinema.

Nos anos 1950, com a crise da companhia de fiação, pertencente à família Carvalho de Brito, a região entrou em decadência. As casas, de propriedade da fábrica,

começaram a ser demolidas à medida que os trabalhadores, despedidos, iam deixando a vila, relatam os moradores. Hoje, restam apenas cerca de duzentos moradores. “Desde que eu me entendo por gente eu vi isso aqui acabar”, conta Vânia Ferreira, moradora da Vila. Os velhos galpões foram abandonados, os serviços foram acabando, a escola foi fechada. Parte do patrimônio histórico foi destruído e hoje, ao caminhar pela vila, é possível observar os alicerces das casas demolidas.

Foi neste cenário que, há cerca de cinco anos, o Grupo de Teatro Kabana e a Associação Comunitária de Amigos e Moradores de Marzagão (ACAMM) conquistaram o tombamento do local. “A vila estava num processo de decadência da economia, arquitetura, cultura. A nossa chegada foi uma nova possibilidade, pois a gente tinha um projeto de revitalização”, explica Mauro, integrante do Kabana.

Muita luta

Mas o processo foi difícil. Os moradores relatam que a União Rio Empreendimentos foi contra e chegou inclusive a demolir um coreto em estilo gótico antes da visita dos técnicos do Iepha. Segundo o diretor da empresa, Luis Antônio de Souza, eles entraram com recurso contra o processo por acreditar que o tombamento não seria necessário, já que o nível de descaracterização da região já estaria avançado. Contudo, segundo o diretor, o posicionamento da

União Rio hoje é diferente, estando inclusive disposta a apoiar propostas de revitalização do local.

“A revitalização do centro histórico e a despoluição do ribeirão Arrudas traria grandes oportunidades para a região”, avalia Vagner Luciano de Andrade, membro da ONG Vibra Mais, que, dentre outras coisas, luta pela revitalização do Ribeirão Arrudas. Marzagão conta com as áreas de preservação das matas do Mello e do Inferno, que abrigam córregos limpos.

A Mata do Inferno ficou conhecida como local de tortura de perseguidos no período da ditadura militar de 64, daí a origem do seu nome. Segundo Mauro Xavier, Marzagão foi palco de outros episódios importantes na História envolvendo membros da política brasileira do século passado. Por exemplo, Carvalho de Brito, membro do Partido Republicano Mineiro (PRM), teria escondido Luis Carlos Prestes na região.

Em 2003, outro marco para Marzagão foi a transferência para a vila do Centro Técnico de Produção da Fundação Clóvis Salgado, que ficava no Palácio das Artes. A gravação de dois longas-metragem em Marzagão, “Batismo de sangue”, de Helvécio Ratton, que estreou em 20 de abril, e “Sonhos e Desejos” de Fábio Barreto, foi facilitada pela presença do centro. “A gente tem um Projac [centro de produção da TV Globo] em Marzagão que é uma verdadeira cidade cenográfica”, explica Mauro.

“Quem sabe faz a hora...”

São 10 anos de não esperar acontecer, mas ainda é preciso saber mais sobre a própria luta

CAROLINA SILVEIRA, Jornalista

Para provar que uma estação de tratamento de esgoto mudou a vida de um rio é possível, por exemplo, recorrer a dados sobre o aumento da quantidade e da diversidade de peixes. Quando se fala em mobilização, entretanto, já não é possível traduzir tão facilmente impactos em números, o que torna a avaliação ainda mais importante. Os 10 anos de mobilização do Projeto Manuelzão revelam que há conquistas, acertos e erros nessa trajetória, mas também revelam uma enorme dificuldade em apontá-los.

Logo após sua criação, em 1997, o Manuelzão adotou como metodologia a criação de organizações locais, à época chamadas de comitês. Esses grupos deveriam se dedicar aos problemas de sua região. Em 2005, os comitês passaram a se chamar Núcleos Manuelzão. Ao todo, já foram criados 51 Núcleos. Muitos deles têm dado origem aos subcomitês de bacia hidrográfica ou apoiado a criação deles. A criação desses subcomitês, prevista na Deliberação Normativa 02/2004 do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, foi inspirada na forma como os Núcleos Manuelzão já se organizavam, ou seja, por meio da articulação entre sociedade, poder público e usuários das águas da bacia.

O tamanho da mudança

Impossível dizer que não há mudanças. Lideranças de diversas regiões da bacia se reúnem periodicamente para discutir meio ambiente. Debatem o destino do lixo, do esgoto e a urgência da educação ambiental. Muitas participam de conselhos municipais,

comitês de bacia, dentre outras organizações. E impressionam pela riqueza e pelo aprofundamento dos debates que travam. Mas, e os números?

O que se sabe é que o Projeto já reuniu oito vezes lideranças de toda a bacia. Existem formalizados, hoje, nove subcomitês. Graças ao apoio de todas essas lideranças, o Projeto realizou em 2003 uma grande Expedição pela bacia do Velhas. A mobilização do Projeto permitiu conhecer em profundidade os problemas da bacia.

Se por um lado, lidar com mobilização exige a revisão constante de metodologias, por outro, é preciso uma ação mais coordenada. “Tem que respeitar a autonomia dos Núcleos, mas é preciso criar estratégias mais unificadoras”, destaca o professor de relações públicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Rennan Mafra. O coordenador Thomaz Machado concorda que é preciso melhorar a avaliação e fazer uma “discussão de fundo, mais teórica”.

O trabalho de conclusão de curso de um grupo de estudantes de relações públicas da UFMG, orientados pelo professor Márcio Simeoni, estudou a forma de trabalho do Manuelzão e revelou que a mobilização social é um processo comunicativo. “Não tem como mobilizar se não se estabelece vínculos. As estratégias de comunicação têm que buscar gerar esses vínculos. E, de forma ideal, vínculos de co-responsabilidade”, destaca Rennan, à época estudante e integrante da equipe.

Foi nessa época que o Projeto constituiu um grupo para acompanhar os trabalhos de mobilização. O atual Gem (Grupo de Educação e Mobilização) nasceu com

o nome de Gascom (Grupo de Apoio e Suporte aos Comitês Manuelzão). Rennan destaca, entretanto, que o conhecimento produzido não foi apropriado pelo Projeto e ele aponta, como principal sintoma disso, a falta de articulação entre os trabalhos de comunicação e mobilização. “Perde-se, em muito, as possibilidades de gerar mobilização, especialmente porque se não potencializa os instrumentos de comunicação produzidos”, destaca Rennan.

Mostrar resultados

Thomaz também vê problemas na falta de sistematização das experiências por meio da elaboração e publicação de estudos. Ele destaca, por exemplo, que as expedições são uma forma de mobilização inovadora, que têm o mérito de promover a compreensão da existência do rio. Mas lembra que é gasto um esforço muito grande na atividade prática. “A extensão universitária te põe em um ativismo muito grande”, ressalta o coordenador, que também lembra: “somos universidade, um projeto de extensão inovador, tem que fazer trabalho referência aqui para ser reproduzido, mas para ser reprodutível tem que traduzir isso em publicações”.

Thomaz acredita que o papel do Projeto, sendo Universidade, é contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas. Ele acredita que isso vem sendo feito por meio da criação dos subcomitês de bacia. Mais enfático, na verdade, ele acredita que todos os Núcleos deveriam se transformar em subcomitês. No 6º Encontro de Núcleos, as lideranças mostraram o que vêm aprendendo: questionaram a proposta e aprovou-se, então, que os Núcleos deveriam apoiar a criação de subcomitês. A discussão ainda não é consenso no Projeto, como é comum em matéria de mobilização. Não há certo ou errado, “mas é preciso debate”, lembra o coordenador Tarcísio Pinheiro.

Foto: Carolina Silveira



Participantes do 8º encontro de Núcleos Manuelzão discutem melhor forma de organização do movimento



**CUIDAR BEM DO MEIO AMBIENTE
É MOTIVO DE ORGULHO PARA OS MINEIROS.
LEVANTAR O TROFÉU, TAMBÉM.**

MINAS GERAIS. VENCEDORA DO I PRÊMIO BRASIL DE MEIO AMBIENTE.

O Governo de Minas, por intermédio da COPASA, vem cuidando muito bem do meio ambiente em Minas Gerais. São inúmeras ações realizadas no Estado, sendo que o trabalho para a recuperação do Rio das Velhas, um dos principais afluentes do Rio São Francisco, já rendeu o I Prêmio Brasil de Meio Ambiente. A COPASA, empresa de saneamento do Estado, tem hoje 16 Estações de Tratamento de Esgoto em operação nas cidades que fazem parte da bacia do Rio das Velhas, o que vem contribuindo muito para a sua despoluição. O objetivo é cumprir a Meta 2010, idealizada pelo Projeto Manuelzão e abraçada pelo Governo de Minas, que prevê a navegação, a pesca e a natação no Rio das Velhas a partir de 2010. Um sonho que, com a dedicação da COPASA e a ajuda integrada dos municípios envolvidos, tem tudo para se tornar realidade.